



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
VICTOR HUGO DA SILVA RIBEIRO

**A CRISE JAPONESA DE 1990 E A CRISE NA ZONA DO EURO: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA**

Florianópolis

2013

VICTOR HUGO DA SILVA RIBEIRO

**A CRISE JAPONESA DE 1990 E A CRISE NA ZONA DO EURO: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao curso de graduação em
Relações Internacionais da Universidade do
Sul de Santa Catarina, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Dr.

Florianópolis

2013

VICTOR HUGO DA SILVA RIBEIRO

**A CRISE JAPONESA DE 1990 E A CRISE NA ZONA DO EURO: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 5 de dezembro de 2013.

Orientador: Prof. José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Dr.

Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof.

Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof.

Universidade do Sul de Santa Catarina

Aos meus pais. Os alicerces da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer os meus pais. Sem eles nada disso seria possível. Foram eles que, em todos os momentos, apoiaram-me e me incentivaram a perseguir os meus sonhos. Então devo meu maior agradecimento a eles.

Ao restante da minha família, o meu muito obrigado também. Mesmo todos estando longe, sempre se preocuparam para que eu desse o melhor de mim e não desistisse de seguir o melhor caminho para a minha vida.

Agradeço também a todos os meus amigos. Aos velhos amigos por terem me aturado durante esse último ano e ajudado a superar todas as adversidades para que esse trabalho fosse concluído. Aos novos amigos, especialmente aqueles que estavam passando pela mesma situação que eu, correndo contra o tempo para que a entrega pudesse ser realizada, agradeço por todo o apoio e também pelos momentos descontração quando todos nós estávamos mais tensos. Dentre todos esses, um agradecimento especial à minha amiga Natália. Sem ela este trabalho não teria sido concretizado. Obrigado por ter me ajudado nos momentos mais difíceis e por não ter me deixado desistir quando tudo parecia tão distante.

Agradeço também ao pessoal da Komport. Colegas de profissão que se tornaram amigos e me acompanharam durante toda essa caminhada de desenvolvimento do trabalho, sempre dispostos a me ajudar em qualquer que fosse a situação. Lado B, vocês fazem parte desta conquista!

A todos os meus professores, muito obrigado. O conhecimento que me foi proporcionado por vocês é imensurável e tenho certeza que levarei comigo para o resto da vida. Em especial, agradeço ao meu professor e orientador durante esse Trabalho de Conclusão de Curso, Baltazar de Andrade Guerra, por ter se disponibilizado a me ajudar a alcançar esse objetivo tão importante para mim. Obrigado pelo apoio.

Agradeço a todos vocês, pessoas fundamentais em minha vida, hoje e sempre.

“Nearly all men can stand adversity, but if you want to test a man's character, give him power”.

“Quase todos os homens podem suportar a adversidade, mas se você quiser testar o caráter de um homem, dê-lhe poder”.

Abraham Lincoln

RESUMO

Este trabalho objetivou apresentar as principais características entre duas crises: a Crise Japonesa dos anos 1990 e a Crise na Zona do Euro. Crises econômicas caracterizam-se por um momento de transição para uma recessão ou depressão econômica a qual tem impacto direto sobre as operações bancária. É um período em que o andamento normal de um processo econômico sofre um dano temporário. Utilizaram-se, como base referencial, conceitos de Capitalismo, Globalização, Ciclos Econômicos, Política Econômica e Crises. Através da contextualização destas crises, o estudo abordará uma análise comparativa. Por meio de pesquisas exploratória e descritiva, as crises foram expostas e o comparativo foi traçado. Por fim, a pesquisa concluiu que, dentre os principais fatos relacionando as duas crises, as semelhanças são mais aparentes que as divergências, mostrando assim a importância dessa relação entre as duas crises, principalmente para o caso da Zona do Euro, pois tem a oportunidade de aprender com os erros vividos pelos japoneses e não encarar uma “Década Perdida”, como a vivida nos anos 1990 pelo Japão.

Palavras-Chave: Globalização. Ciclos Econômicos. Crise na Zona do Euro. Crise Japonesa dos anos 1990.

ABSTRACT

This study aimed to present the main characteristics of two crises: the Japanese Crisis of 1990s and the Crisis in the Euro zone. Crisis can be characterized by a time of transition to a recession or economic depression which has a strong impact on bank operations. It is a period in which the progress of a normal economic process suffers temporary damage. It was used as a base reference, concepts of Capitalism, Globalization, Economic Cycles, Economic and Political Crises. Through the context of these crises, the study will address a comparative analysis. By using exploratory and descriptive research, crises were exposed and comparison was drawn. Finally, the study concluded that, among the main facts relating the two crises, the similarities are more apparent than the divergences, thus showing the importance of this relation between the two crises, especially in the case of the Eurozone, because it has the opportunity to learn from the mistakes experienced by the Japanese and not face a "Lost Decade" as lived by Japan in the 1990s.

Keywords: Globalization. Economic Cycles. Crisis in the Eurozone. Japanese crisis in the 1990s.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA	10
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos	11
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
1.4.1 Caracterizações da Pesquisa	13
1.4.2 Métodos de Coleta e Análise dos Dados	14
1.5. ESTRUTURA DA PESQUISA	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 CAPITALISMO	17
2.2 GLOBALIZAÇÃO	20
2.3 CICLOS ECONÔMICOS	24
2.4 POLÍTICA ECONÔMICA.....	30
2.5 CRISES.....	32
3. ANÁLISE DE DADOS	35
3.1 A CRISE JAPONESA.....	35
3.1.1 O período pós-Segunda Guerra Mundial	35
3.1.2 O “Milagre Econômico” e o Pré-Crise	37
3.1.3 A Bolha e a Crise	38
3.2 CRISE NA ZONA DO EURO.....	42
3.2.1 Crise Americana	42
3.2.2 A Crise	47
3.3 COMPARANDO AS CRISES	51
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
5. REFERÊNCIAS	56

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a expansão da globalização tem sido apontada como uma das características principais da evolução econômica, social e política de um grande número de países. (GALVÃO, 2010)

Para Soros (2002, p. 44) “a globalização, tal como definida aqui, é um fenômeno relativamente recente, que diferencia os dias atuais dos de 50 ou mesmo 25 anos atrás”. Para Hobsbawn (1995), globalização transmite a ideia de unificação do mundo. Na visão de Giddens (1996, p. 69), globalização é “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”.

Por outro lado, o fenômeno da globalização, em todas as suas dimensões—comercial, financeira, tecnológica, cultural, institucional e ambiental, além de proporcionar enormes oportunidades, também apresenta imensos riscos e desafios. (GALVÃO, 2010)

As crises econômicas, por exemplo, surgem como grande exemplo deste lado negativo da globalização, devido ao aumento das transações econômicas tanto em volume, quanto velocidade. Esse crescimento, aliado à expansão das inovações financeiras acabam se tornando responsáveis pelas crises ocorridas na economia internacional nas últimas décadas. (NOZAKI, 2011)

Motivada principalmente pela crise no setor imobiliário dos Estados Unidos o final dos anos 2000, a Crise da Zona de Euro vem sendo tema frequente de discussões e trabalhos nos últimos anos. Grande parte dessa importância dada a Crise se deve ao fato de que ela é considerada a mais séria desde os anos 1930, ou até mesmo a mais séria da história. (KING, 2011 apud ADVFN, 2013).

Não muito distante desta realidade, observa-se mesmo que em épocas distintas, a crise em que o Japão passou no início dos anos 1990. Após longos anos liderando os índices de crescimento no PIB, o país viu-se adentrar em uma crise que duraria toda a década em questão e que seria conhecida como “Década Perdida”.

É sob esse enfoque, que o presente estudo visa caracterizar as duas crises em questão sob o aspecto histórico e econômico. A partir da explanação de ambas, será feito um comparativo, o qual buscará apresentar as principais similaridades e divergências que abrangem a Crise da Zona do Euro e a Crise Japonesa de 1990.

Neste primeiro capítulo, o trabalho se desenvolve com a seguinte temática: a exposição do tema e do problema, demonstração dos objetivos geral e específicos no qual a pesquisa aspira alcançar, a justificativa da opção do tema, a metodologia científica a ser utilizada no desenvolvimento do trabalho, e, por fim, a estrutura da pesquisa.

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

Este estudo tem como variáveis de pesquisa as duas crises financeiras: a Crise Japonesa de 1990 e a recente Crise na Zona do Euro e suas semelhanças e diferenças. Portanto, conclui-se que os dois assuntos estão vinculados ao tema central: Economia Internacional.

É importante ressaltar que o presente estudo não anseia traçar um comparativo entre a União Europeia e o Japão, e sim identificar pontos divergentes e de similaridades de suas crises.

Crises financeiras têm sido periódicas na sociedade capitalista. Mesmo com todas as tentativas dos governos com o intuito de controlar as oscilações dos ciclos e as especulações, esses eventos servem para enfatizar que os Estados estão longe de se livrar desses acontecimentos. (LIPSCY e TAKINAMI, 2013).

Com a intenção de proteger o sistema financeiro japonês após a Segunda Guerra Mundial, algumas medidas foram tomadas pelo próprio governo. Essas medidas influenciaram os bancos a arriscar demasiadamente quando houvesse sinal de mudanças no ambiente financeiro. Esses problemas foram se agravando e, no início dos anos 1990, o Japão vivenciou a, já mencionada, “Década Perdida”. (SHIMIZU, 2005).

A partir de meados de 2007, a União Europeia foi submetida à pior crise econômica da história pós-guerras. Mesmo sendo de proporções consideradas maiores que outras crises do passado recente, a Crise na Zona do Euro apresenta semelhanças com estas, como a Crise Japonesa na década de 1990. (EUROPEAN COMMISSION, 2009).

Sendo assim, este trabalho busca caracterizar as duas crises, abordando, inicialmente uma contextualização histórica e econômica mundial e posteriormente suas origens e desenrolar das mesmas.

A partir da caracterização de ambas as crises, traçar-se-á um comparativo, onde serão expostas as principais semelhanças e diferenças destas.

Entretanto, para poder entender tanto a Crise Japonesa, quanto a Crise na Zona do Euro, o estudo ainda abordará temas como: Capitalismo, Globalização, Ciclos Econômicos, Política Econômica e Crises Financeiras, com o objetivo de embasar melhor a análise dos dados proposto para o estudo.

Todas essas análises remetem à questão central da pesquisa: **“Quais as principais semelhanças e diferenças entra a Crise Japonesa dos anos 1990 e a Crise da Zona do Euro”**.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos tornam-se imprescindíveis para a realização da pesquisa, evidenciando e identificando o que se anseia aferir no decorrer do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Com o intuito de expor as metas que se desejam alcançar, os objetivos são apresentados na forma de Objetivo Geral e Objetivos Específicos, expostos a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

O trabalho em questão aspira levantar as principais semelhanças e diferenças entre a Crise Japonesa de 1990 e a Crise na Zona do Euro.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para responder o problema de pesquisa e elaborar sequencialmente o presente trabalho, o objetivo geral foi decomposto nos seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar a Crise Japonesa da década de 1990;
- Conceituar a Crise na Zona do Euro;

- Identificar as principais semelhanças e divergências entre a Crise Japonesa dos anos 1990 e a Crise na Zona do Euro.

1.3 JUSTIFICATIVA

Tanto o Japão no período inicial de sua crise, quanto a União Europeia, na sua respectiva crise, viviam anos de consagração e protagonismo no cenário não só econômico, mas também político no planeta. Partindo disto, torna-se extremamente interessante abordar estas duas crises, do contexto histórico e econômico de cada uma para identificar semelhanças e diferenças entre a Crise Japonesa e a Crise na Zona do Euro.

Nozaki (2011), explica a importância de se aprofundar um estudo sobre crises:

A globalização tem transformado substancialmente a dinâmica macroeconômica e os arranjos institucionais financeiros dos países. A combinação entre a desregulamentação dos mercados (através da livre mobilidade de capitais e da alta volatilidade das taxas de câmbio e juros) e a expansão das inovações financeiras (por meio do avanço das securitizações e da especialização das operações com derivativos) foram, em última instância, responsáveis pelas crises de liquidez, solvência e balanço de pagamentos que se intensificaram pela economia internacional nas últimas décadas.

O interesse do autor e sua vontade pela economia e política internacional foram um dos principais motivos para a escolha desse tema, pois um trabalho dessa dimensão proporcionará o autor à oportunidade de conhecer a fundo duas crises que foram de extrema importante para a história mundial.

A escolha do tema partiu, primeiramente, pelo interesse do acadêmico pelo país nipônico, além da oportunidade de conectar o tema da Crise Japonesa de 1990, com a recente Crise do Euro, algo de indiscutível relevância para o cenário internacional.

No que tange a UNISUL, o trabalho configura-se no presente momento como um tema inédito, uma vez que as variáveis de estudo Crise Japonesa de 1990 e Crise na Zona do Euro ainda não foram abordadas por outro acadêmico dentro da perspectiva de um comparativo. Transformando-o em um objeto de valor para a base de dados da instituição.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando a demonstração dos métodos de pesquisa utilizados pelo acadêmico para a obtenção dos recursos apresentados neste trabalho a fim de alcançar o objetivo pré-estabelecido, estes procedimentos estão subdivididos em dois tópicos: caracterização da pesquisa e coleta e análise de dados.

1.4.1 Caracterizações da Pesquisa

Tratando-se de pesquisa, Heerdt e Vilson (2007, p. 61) afirmam que “pesquisa é um processo de investigação que se interessa em descobrir as relações existentes entre os aspectos que se envolvem os fatos, fenômenos, situações ou coisas”.

Já ao entender de Marcantonio, Santos e Lehfeld (1993, p. 23):

Pesquisar é uma operação natural e necessária a todos os indivíduos. Nesse sentido, o termo é aplicado, genericamente, como sinônimo de busca, de indagação. Para alcançar a qualificação como um processo de investigação científica, requer o emprego da metodologia científica com o objetivo de descrever, explicar e compreender um objeto de pesquisa.

A pesquisa, em sua plena forma, tem como objetivo a resolução de assuntos utilizando estudos científicos, diferenciando assim do chamado conhecimento popular, por se tratar da aplicação da ciência para a obtenção destas respostas.

A fim de ter a aprovação das comunidades acadêmicas e científicas, este trabalho é proposto como uma pesquisa científica.

Devido ao tema escolhido, este trabalho servirá de maneira a agregar conhecimento, e não para aplicação prática em si, ou seja, seguirá o caminho da pesquisa básica. Para Luciano (2001, p. 12): “Pesquisa básica: Tem por objetivo produzir novos conhecimentos para o avanço da ciência, embora sem aplicação prática prevista. Seu objeto de investigação é a verdade e os interesses universais”.

No que tange os objetivos, caracteriza-se por pesquisas exploratórias, que, basicamente, servem para o levantamento de dados sobre o tema proposto. Ainda sobre a pesquisa exploratória, Gil (1991, p. 45) afirma:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Assim sendo, o campo pesquisado são as crises do Japão nos anos 1990 e a Crise na Zona do Euro no final dos anos 2000 e início da década seguinte.

Além disso, utiliza-se também de pesquisas descritivas. Oliveira (1999, p. 114), considera que “o estudo descritivo possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação”.

Gil (2002, p. 42) define que as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”

Caracteriza-se então, a pesquisa como sendo: básica, científica, exploratória e descritiva.

1.4.2 Métodos de Coleta e Análise dos Dados

Tendo como base a caracterização da pesquisa acima descrita, torna-se fundamental delimitar os métodos escolhidos para a conclusão deste estudo.

Já em relação à abordagem do problema, dá-se a classificação de qualitativa e quantitativa. Qualitativa, uma vez que se caracteriza pela busca da compreensão do tema proposto. E quantitativa, pois também tem como base de estudo dados estatísticos para uma melhor análise. Sobre isso, Oliveira (1999, p. 115) afirma que:

A abordagem quantitativa e qualitativa são dois métodos diferentes pela sua sistemática, e, principalmente, pela forma de abordagem do problema que está sendo objeto de estudo, precisando, dessa maneira, estar adequado ao tipo de pesquisa que se deseja desenvolver. Entretanto, é a natureza do

problema ou seu nível de aprofundamento que irá determinar a escolha do método.

Acerca dos procedimentos, classifica-se a pesquisa como sendo bibliográfica em sua maior parte. De acordo com Fachin (2003, p. 125):

A pesquisa bibliográfica diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras. Tem como finalidade fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e proporcionar a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa.

Segundo Oliveira, (1999, p. 119), “a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”. No entanto, vê-se também a utilização da pesquisa documental, pois o trabalho trata de um acontecimento histórico e a análise de tais documentos se torna imprescindível para a boa exposição do tema. Marconi (2001, p. 56) explica: “refere-se a documentos de arquivos públicos em geral, como documentos oficiais e publicações parlamentares; arquivos particulares, isto é, domiciliares; fontes estatísticas, documentos jurídicos etc.”.

A respeito da coleta de dados, define-a como sendo secundária, ou seja, foram utilizados dados já analisados e estudados, disponíveis em teses, livros, CDs. Para este estudo, a coleta se deu em diversos materiais disponíveis em artigos científicos, livros, por meio eletrônico, revistas e teses, todos relacionados ao tema proposto. (HEERDT e LEONEL, 2007).

1.5. ESTRUTURA DA PESQUISA

O presente estudo subdivide-se em quatro capítulos, cada qual abordando tópicos específicos. O primeiro, mais introdutório, constará a introdução do trabalho, bem como o tema, a limitação, os objetivos geral e específicos. Além disso, também se apresenta a justificativa, os procedimentos metodológicos e a estrutura da pesquisa, explicada neste tópico.

O segundo capítulo terá como objetivo apontar o embasamento teórico deste estudo. Nele estão presentes as teorias que servem como argumentos para justificar o objeto de estudo deste trabalho. Primeiramente se aborda o Capitalismo, como

funciona o sistema, definições e críticas. Logo em seguida, traz-se a Globalização, seus conceitos, etapas, críticas e um aprofundamento na questão da Globalização Financeira. Logo após, o estudo sobre Ciclos Econômicos se faz presente, suas definições, etapas do processo e um resumo das principais teorias. Tem-se também um subcapítulo dedicado as Crises de uma forma geral, dando-se uma maior importância para Crises Econômicas e Crises Financeiras, além de apresentar os modelos de crises e também apresentar as teorias sobre bolhas econômicas. Por fim, a Política Econômica será apresentada, suas definições, principais tipos e suas ferramentas.

Já no terceiro capítulo, serão apresentadas, uma por vez, as Crises. Inicialmente, caracteriza-se a Crise Japonesa, suas causas e consequências para o cenário internacional. Logo após, a Crise na Zona do Euro será apresentada, com uma breve explicação sobre a Crise Americana, pela sua importância quando se tratando da Crise na Zona do Euro. Em seguida, serão mostradas as semelhanças das crises e, depois, as diferenças entre estas.

Por fim, no quarto e último capítulo, tem-se as considerações finais, além de sugestões e observações sobre o presente tema. Também se apresenta as referências utilizadas para o presente estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão delineados os contornos que darão forma a esta pesquisa, com a apresentação da fundamentação teórica dos temas relacionados à problemática apresentada, bem como, suas respectivas abordagens teóricas e conceituais.

2.1 CAPITALISMO

De acordo com Marx (1867):

A transformação dos meios de produção individualizados e pulverizados em meios de produção concentrados; a transformação, portanto, da propriedade anã de muitos na propriedade gigante de poucos e a expropriação do solo da grande massa da população [...] forma a pré-história do capital. [...] a propriedade privada que é detida pessoalmente [...] é suplantada pela propriedade privada capitalista, que se baseia na exploração de trabalho alienado, embora formalmente livre.

O capitalismo é um sistema de governo vinculado ao Estado, que delega aos seus agentes o poder econômico para celebrar transações de natureza monetária. (PRZEWORSKY, 1995) Este sistema surgiu em diferentes contextos e continua a evoluir ao longo do tempo. O dicionário Macmillan da economia moderna define o capitalismo como:

Sistema político, social e econômico em que a propriedade, incluindo o capital ativo, é detido e controlado em sua maior parte por pessoas privadas. Capitalismo contrasta com o sistema econômico anterior, o feudalismo, na medida em que é caracterizado pela compra de mão de obra através de salários, ao contrário à mão da obra direta obtida através do costume, ou comando no feudalismo... Sob o capitalismo, o mecanismo de preço é utilizado como um sistema de sinalização que aloca recursos entre usos. À medida que o mecanismo de preços é utilizado, o grau de competitividade nos mercados, e o nível de intervenção governamental distinguem formas exatas do capitalismo. (TRADUÇÃO NOSSA)

Esta definição identifica o capitalismo como um bem social, político e econômico que sucedeu o feudalismo com base no reconhecimento dos direitos das partes envolvidas em escolher a forma de empregar seu trabalho e capital em mercados como indicados pelos preços do mercado, em vez de tractor. Ele reconhece o mecanismo de preços como o seu dispositivo de coordenação chave em vez de comando e controle, e sugere que sistemas capitalistas são distinguidos

uns dos outros com base na medida e natureza das intervenções governamentais e da competitividade de seus mercados.

Segundo Mandel, o capitalismo é marcado por momentos de expansão e contração da atividade econômica que resultam das leis internas do modo de produção capitalista.

Chandler (1977), ao analisar os pensamentos de Schumpeter, dizia que o capitalismo era, essencialmente, dependente do crédito. Este crédito, agregado do endividamento dos empresários faria com que as inovações aparecessem. O autor ainda frisava não confundir capitalismo com propriedade privada, pois, ainda que de certo modo, o capitalismo corresponde a uma redução dessas propriedades privadas, pois há um aumento de concentração destas, causado principalmente “do assalariamento de antigos produtores e da entrega da responsabilidade de gestão das empresas a um corpo de gestores profissionais” (CHANDLER, 1977).

Freitas (2005, p.115) afirma que “O capitalismo consiste em uma forma de organização social que vive de crises. A crise é o momento em que o capitalismo, por consenso, pela força, posterga seus problemas, renova suas forças e ganha tempo”.

Apoiando da teoria do valor de Marx, Mandel afirma que o desenvolvimento cíclico da economia capitalista é ocasionado pela expansão e contração da produção de mercadorias, e conseqüentemente pela produção de mais-valia.

Para a teoria política marxista “no capitalismo, todos os governos devem respeitar e proteger as demandas essenciais daqueles que possuem a riqueza produtiva da sociedade” (PRZEWORSKY, 1995, p. 87).

Para Gastaldi (1995, p.30):

O sistema capitalista na sua configuração neoliberal ou sistema econômico neoliberal tem como eixo articulados das reformas do estado, a defesa da propriedade privada; mercado soberano; liberdade limitada e privilégios pertencentes aos proprietários, em detrimento das propostas apresentadas pela sociedade civil, em geral.

“O capitalismo é um sistema social baseado no reconhecimento explícito da propriedade privada e das trocas contratuais entre proprietários privados, sem qualquer tipo de agressão.” (INSTITUTO MISES, 2013). Para o autor, no sistema capitalista, é necessário que exista alguém que controle e outros que sejam submissos e é por esse motivo o qual as diferenças entre as pessoas continuam a

existir, porém a questão de qual opinião deve prevalecer é resolvida pela apropriação original e por contrato. (MISES, 2013).

Nos últimos anos o capitalismo se tornou um sistema econômico praticamente universal. Todavia, este instituto, cujo pressuposto é a apropriação privada de recursos escassos, tem como sua marca fundamental a desigualdade. (DAHL, 1997, p.25).

Além da desigualdade, existem outras características que esse sistema traz intrínseco no mesmo. Apesar de ser considerado o melhor sistema que o homem já inventou, pode-se afirmar que não foi o que melhor gerou estabilidade no sistema global. (STIGLITZ, 2008).

Segundo Stiglitz, nas últimas décadas, a sociedade já enfrentou mais de cem crises financeiras, e é por isso que a regulamentação governamental é uma parte importante no funcionamento do mercado: o mercado por si só não funciona sozinho, necessita do governo participando junto. (STIGLITZ, 2008).

Giddens (1985) afirma que “o capitalismo, em todas as suas formas, depende da existência de dinheiro”.

O mundo está se direcionando para uma Segunda Grande Depressão e o fator motivacional é o próprio mercado financeiro. As autoridades perderam o controle da situação, principalmente na zona da União Europeia. É necessário que o controle seja recuperado o mais rápido possível, do contrário, algo pior pode vir à tona (SOROS, 2011).

A globalização capitalista designa tanto o ato quanto o efeito de um processo de apropriação. O mercado capitalista mundial se apodera de economias e sociedades nacionais e, com isso, se alastra pelo globo terrestre. Essa apropriação leva à adaptação destas economias e sociedades à lógica monopolista de acumulação do capital por meio de políticas de ajustes e de reestruturações promovidas pelos estados e empresas com importantes consequências econômicas, políticas, sociais, culturais, educacionais e ambientais. (MACHADO, 2008)

Segundo o autor, este fenômeno está relacionado à abertura das fronteiras econômicas entre os países, o qual permite em âmbito internacional que haja um livre fluxo de capitais, tecnologias, bens, serviços, ideias, a ampla movimentação do capital financeiro e do comércio. “Há importantes impactos sobre as bases da competitividade capitalista, das decisões sobre os investimentos econômicos, da organização da vida social em todos os seus aspectos.” (MACHADO, 2008).

2.2 GLOBALIZAÇÃO

A presença de um constante e intenso fluxo de produtos, capitais, serviços, tecnologias, pessoas, informações, entre outros, em várias partes do mundo, ao mesmo tempo, caracteriza o período o qual vivemos atualmente, este que vem, cada vez mais, incorporando-se e ganhando dinamismo e força. (BARBOSA, 2004)

A fim de explicar este novo e complexo processo e suas implicações para o mundo que vivemos, surge o termo “globalização”.

Para Chesnais (1996), o termo globalização surgiu durante os anos de 1980 em algumas das principais universidades norte-americanas e que se disseminou por meio da mídia estadunidense. E, como todo acontece quando uma nova teoria começa a ser estudada, a globalização não tem um significado único, pois, com o passar do tempo, vários teóricos começaram a tentar explicar o fenômeno.

Pode-se dizer que a globalização significa o auge do constante processo de internacionalização da era capitalista, que se tornou mais evidente principalmente após o fim da Guerra Fria e a desmantelamento da, até então, União Soviética. (SANTOS, 1995)

Na visão de Ianni (2003), a globalização está diretamente ligada à expansão capitalista, resultando numa maior interação no comércio internacional, além de acelerar o surgimento de tecnologias e produtos. Ianni (2003) ainda diz que a globalização não se resume apenas ao fato dessa maior interação comercial, mas engloba fatores históricos, econômicos, políticos, culturais e sociais, afetando não apenas as pessoas em si, mas também nações, governos, sociedades, línguas, religiões e até mesmo continentes.

Já Size (1997), define o termo mostrando como a globalização tem ligação direta e de extrema importância para a propagação de crises financeiras:

A globalização é um termo utilizado há vários anos pelos economistas da moda para descrever um processo apresentado como recente, mas de fato, existente desde o início do século. [...] Este nome surge pelo fato de que este processo tomou uma amplitude particular desde os anos 80, em que a desregulamentação generalizada acelera as condições da concorrência no plano mundial e o desenvolvimento dos meios de transporte e telecomunicações suprimiram um a um os obstáculos à deslocalização de centros de produção. Ao mesmo tempo, as crises financeiras, que no passado levavam meses ou anos para se propagar, agora tocam todas as praças financeiras em alguns instantes (SIZE, 1997, p. 55,56).

De maneira geral, estudiosos costumam apresentar alguns pontos principais para definirem a globalização:

a) enquanto fenômeno predominantemente geográfico tecnológico, com reflexos sociais; b) enquanto perspectiva basicamente histórica configurando análises inter-relacionadas com a geografia (relações espaço/tempo), com a sociologia (as consequências sociais do processo), com a economia (evolução do modo capitalista de produção) e com a política (em âmbito estatal, internacional ou supranacional); c) enquanto fenômeno cultural e ideológico, marcado pela uniformização do pensamento e pela massificação dos padrões de consumo; d) como a passagem qualitativa de uma economia internacionalizada para uma economia globalizada, onde as economias nacionais são absorvidas e rearticuladas no interior da economia global; e) por fim, há ainda os que preferem demonstrar que a globalização em curso não é um fenômeno natural, consequência da normal evolução do sistema capitalista, e passam a denunciar a existência de uma política de globalização, uma deliberada decisão de implantar o modelo econômico global, controlado pelos agentes do mercado (FEITOSA, 2004, p. 2).

Held e McGrew (2001) afirmam que a globalização se trata de uma “transformação na escala da organização social que liga comunidades distantes”, porém, essa maior interação, caso não satisfaça os objetivos de todos, o que é comum, gerará conflitos mais rapidamente e por diferentes motivos. (HELD, MCGREW, 2001, p.13)

Pode-se, ainda, dizer que esse “encurtamento” de distâncias proporcionado pela globalização gerou uma interdependência mundial, juntamente com o capitalismo. Os atores internacionais dependem cada vez mais uns aos outros, seja por fatores culturais, políticos, econômicos, sociais ou comunicativos, algo que não se imaginava possível de acontecer devido a todas as dificuldades, culturais, sociais e até mesmo geográficas que os rodeia. (FEITOSA, 2004)

Dentre os tipos de globalização estudados, dá-se muita importância, ao se tratar de crises, a Globalização Financeira. Segundo Kregel (1996):

O aumento da integração global da produção e do consumo, baseado em uma alocação de recursos global mais eficiente, resulta em uma taxa de crescimento global mais alta e na melhoria generalizada dos padrões de vida em todos os países. Os países desenvolvidos continuam a crescer, dedicando-se à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias, enquanto os países em desenvolvimento dedicam-se a alcançá-los com rapidez.

Para Canuto e Laplane (2005) “o dinamismo da globalização financeira esteve vinculado às transformações financeiras nas economias centrais”. Já Carneiro (1999, p. 57) afirma que “a globalização é resultante da interação de dois

movimentos básicos: no plano doméstico da progressiva *liberalização financeira* (grifo do autor) e no plano internacional da crescente *mobilidade dos capitais* (grifo do autor)".

Já para Santos (2004, p.3):

A aceleração do processo de globalização financeira, sobretudo a partir da década de 1990, que consistiria na remoção de barreiras aos fluxos de capitais e na maior integração entre os mercados financeiros nacionais, possibilitadas, de um lado, por um conjunto de políticas governamentais de orientação liberal e, de outro lado, pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação, seria tal fenômeno desorganizador, acelerado pelo fim da bipolaridade e pela formação de uma verdadeira economia mundial, unificada em torno do ideário político democrático-liberal e do modo capitalista de produção. A globalização financeira resumiria, nesse sentido, as características das finanças internacionais contemporâneas que despontaram na crise mexicana e que se repetiram nas crises mais recentes nos países emergentes.

De acordo com Chesnais (1996), essa globalização, que envolve instituições financeiras e bancárias facilitam as aquisições transnacionais.

Entretanto, essa maior interação entre pontos distantes, interdependência, troca de informações não geram apenas pontos positivos, fator compreensível se for levado em consideração todas as diferenças existentes entre os Estados. (AZEVEDO, ARENGA, 2007)

Se, por um lado a globalização promove esse intercâmbio produtivo entre nações, maiores transações comerciais e outros fatores, por outro, a exploração de mão-de-obra e recursos dos antes países de terceiro mundo e hoje "em desenvolvimento", além do fato que, para alguns, a globalização tem mais a ver com disputa de poder dos principais atores internacionais do que ajudar a ter um maior equilíbrio entre os outros atores como um todo. (AZEVEDO, ARENGA, 2007. POWELL, GHOURI, 2011)

Sobre esses males que vieram com a globalização, Powell e Ghauri (2011, p. 1) citam:

A redução progressiva das barreiras comerciais e de investimentos pressiona a redução dos salários; o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas cria maior insegurança no trabalho e diminui a garantia de emprego; a adoção de padrões ambientais inadequados em alguns países contribui para o aumento da poluição; o processo aumenta a desigualdade de renda, tanto entre os países como dentro deles, o que gera tensões sociais e políticas; os governos perdem autonomia; a desregulamentação dos setores de produção e de serviços leva a maiores oportunidades de especulação (POWELL; GHOURI, 2011, p.1).

Já para Joseph Stiglitz, Nobel da Economia e renomado economista americano, o problema não é a globalização propriamente dita, mas sim a maneira que a administram. Segundo Stiglitz (2007), a quantidade de Estados e pessoas que desconhecem as vantagens da globalização é muito maior do que deveria ser, pois esta deve ser para todos. Stiglitz (2007) ainda enumera cinco pontos os quais estes que não desfrutam dos benefícios da globalização se queixam:

1) As regras do “jogo” são injustas, projetadas e arquitetadas para beneficiar os países industriais avançados; 2) a globalização estaria por promover valores materiais em detrimento de outros valores como o meio-ambiente e os direitos humanos; 3) a globalização acabou por “tirar” parte da soberania dos Estados Nacionais, conseqüentemente retirando sua capacidade de tomar decisões em áreas essenciais que afetam o bem-estar dos seus cidadãos. Neste sentido, a globalização estaria por prejudicar a democracia; 4) embora a globalização tenha emergido com o discurso que todos se beneficiarão economicamente, há evidências empíricas tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento de que há perdedores de ambos os lados; 5) o sistema econômico recomendado com certa insistência ou até mesmo imposto pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento caracteriza-se por ser inapropriado e em algumas instâncias altamente danoso (STIGLITZ, 2007, p. 67,68).

Apesar desses dois lados, uma coisa é certa: cada vez mais a globalização vem se mostrando de importância imprescindível para a sociedade como um todo.

Tudo acontece ou deve acontecer de uma determinada forma em função e como consequência inexorável da globalização. As privatizações, as políticas de estabilização, os programas compensatórios, a formação de blocos regionais, o livre comércio, o império da modernização e da competitividade que leva ao desemprego, a abertura total ao mercado mundial, o fim de qualquer proteção às economias nacionais, a ausência de políticas industriais e comerciais que levem em conta as diferenças existentes no mundo, a reestruturação da economia mundial – tudo isso é apresentado como inevitável e explicado como consequência natural da globalização (SOUZA, 1996, p.2 *apud* VIEIRA, 1999, p. 152).

Tendo isto em vista, pode-se dizer que ainda não há, e nem saberemos quando haverá, uma definição suprema para entender a globalização. O que se sabe é que essas mudanças advindas da globalização mudaram e vem mudando o mundo durante os anos. (VIEIRA, 1999)

Segundo Moreira (2002, p. 95), globalização pode ser entendida como “um processo social que atua no sentido de uma mudança na estrutura política e econômica das sociedades, ocorrendo em ondas com avanços e retrocessos separados por intervalos que podem durar séculos [...]”. Ou seja, um ciclo o qual

existem períodos de evolução mais intensa que em outros momentos, mas que não deixa de se desenvolver.

2.3 CICLOS ECONÔMICOS

O motivo para o qual a globalização se tornou alvo de tantos estudos e teorias é que, principalmente, esta apresentou um ritmo muito maior que qualquer outro período da história, levando-se em conta que o processo sempre foi algo existente e que variava sua intensidade nos diferentes ciclos.

Lima (2005) é pontual ao explicar como se deu o início do aprofundamento do estudo sobre os Ciclos Econômicos:

Estudos sobre a teoria dos ciclos econômicos ganharam maior importância a partir da segunda metade do século XIX, concomitante às reflexões em torno do fenômeno das crises que afetaram a economia mundial desde a Revolução Industrial. A principal característica do ciclo era a de que as economias capitalistas moviam-se de acordo com um padrão estruturado, gerando movimentos regulares, observáveis empiricamente, expansionistas e contrativas do produto agregado. Diferentemente, as crises se relacionavam com a ruptura da estrutura vigente, em que o sistema capitalista mostrava-se incapaz de dirigir a produção e assegurar o consumo, gerando o paradoxo da coexistência de superprodução e subconsumo. A sociedade como um todo sofre os efeitos perversos das crises e também dos ciclos econômicos, em que os desequilíbrios tendem a se multiplicar, agravando o período recessivo em que a economia, nacional ou até mesmo internacional se encontra.

Diversos podem ser os significados para Ciclo Econômicos. Para Camões e Vale (2012), citando Burns e Mitchell (1946):

Ciclos econômicos são um tipo de flutuação encontrado na atividade econômica agregada de nações que organizam o seu trabalho principalmente em empresas. Um ciclo consiste em expansões que ocorrem aproximadamente ao mesmo tempo em muitas atividades econômicas, seguidas por recessões, também de âmbito generalizado, contrações, e retomadas que se fundem na fase de expansão do ciclo seguinte; esta sequência de oscilações é recorrente, mas não periódica; em termos de duração, os ciclos podem variar de mais do que um ano até dez ou doze anos.

Simplificando, pode-se dizer que os ciclos se iniciam quando um novo produto ou um novo processo de produção surge no mercado, com isso os preços sobem e ocorre um estímulo nas indústrias para um aumento de produção, fazendo com que a economia naquele período cresça mais do que de costume, fato que é conhecido como *boom*. (SOUZA, 1996)

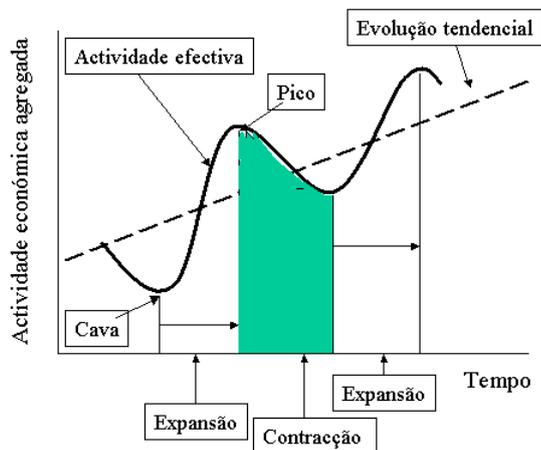
Para Souza (1996), citando Schumpeter (1982), os ciclos funcionam da seguinte maneira:

O *boom* termina e a depressão começa após a passagem do tempo que deve transcorrer antes que os produtos dos novos empreendimentos possam aparecer no mercado. E um novo *boom* se sucede à depressão, quando o processo de reabsorção das inovações estiver terminado.

Na figura 1 essas fases são expostas para um melhor e mais claro entendimento acerca de como os ciclos se desenvolvem. (EVANS, 1969, p. 417 apud SOUZA, 1996).

Estes ciclos possuem quatro etapas de desenvolvimento: 1) ascensão, ou *boom*: neste primeiro momento, o produto cresce acima da linha de tendência ao encontro do seu ponto máximo (pico); 2) após a ascensão, vem a recessão: nela, após o pico, o nível da atividade começa a declinar; 3) a depressão é o próximo passo: o produto continua em queda até chegar o vale (ponto mais baixo); 4) e, por fim, a recuperação: logo após atingir o ponto mais baixo, a economia volta a se estruturar e sobe novamente, finalizando um ciclo e dando início a outro. (SOUZA, 1996)

Figura 1: Fases do Ciclo Econômico



Fonte: Camões e Vale (2012)

Contrapondo a maneira exposta por Evans, outra divisão, elaborada por Schumpeter, expõe o ciclo dividido em quatro etapas diferentes das já demonstradas, são elas: prosperidade, recessão, depressão e renovação. O motivo para essa maneira para explicar os ciclos é que saber a datação das etapas de um ciclo se faz mais importante que o estudo de “pico a pico” ou “vale a vale”. (LIMA, 2005)

É importante também saber diferenciar Ciclos Econômicos de Flutuações Econômicas. Atualmente é muito comum citar que o mundo e a própria economia estão em constante evolução e também mudanças. Algumas áreas crescem enquanto outras decrescem, porém isso não pode ser considerado motivo causado de uma crise generalizada, são fatos que apenas influenciam mercados específicos. Sendo assim torna-se inviável pensar em atividades econômicas estáveis, visto que essas mudanças ocorrem e vão ocorrer sempre. Essas flutuações, portanto, se fossem estabilizadas iriam acabar com a atividade produtiva racional. (ROTHBARD, 1963)

Ou seja, essas flutuações já ocorreram e sempre ocorrerão, pois são apenas mudanças nos dados econômicos, mudanças que vão acontecer conforme a necessidade do mercado. Elas não geram depressões econômicas generalizadas, pois estas são fenômenos característicos dos Ciclos Econômicos. Os Ciclos, por sua vez, não estudam fatos específicos, ou “micro”, mas sim a expansão e depressão econômica que ocorre na economia de maneira generalizada. (ROTHBARD, 1963)

Um bom exemplo que o fato de que esses movimentos cíclicos ocorrem historicamente, iniciando-se como uma fase de crescimento e bons resultados e culminando em uma crise econômica é a Grande Depressão da década de 30, quando, após uma ascensão (*boom*) especulativa na Bolsa de Valores de Nova York, com início em 1928, teve fim em 1929 com a venda de mais de 3 vezes títulos do que haviam sido postos a venda anteriormente, resultando numa drástica queda dos pontos na Bolsa de Valores e desemprego não só nos Estados Unidos, mas também no restante do mundo. (NIVEAU, 1969 apud SOUZA, 1996).

As teorias sobre os ciclos econômicos podem ser classificadas de diversas maneiras. Souza (1996, p. 301) divide-as em: “(1) pré-keynesianas; (2) keynesianas; (3) pós-keynesianas; (4) do ciclo político-econômico; e (5) do ciclo real dos negócios”.

De acordo com Evans (1969) *apud* Souza (1996, p. 301-302):

- 1 As teorias pré-keynesianas subdividem-se em:
 - a. Teorias Monetárias da demanda: os ciclos são explicados pelas flutuações das taxas de juros e da oferta de crédito, que produzem variações nos investimentos e na economia como um todo;
 - b. Teorias não monetárias da demanda: há um desajuste entre o estoque de capital e o nível da demanda de consumo. O retorno ao equilíbrio requer um ajuste na relação investimento/demanda agregada, para contrair ou acelerar o nível de renda. Essas teorias podem ainda ser

vistas como resultado de um excesso de investimento (expansão), ou de insuficiência de demanda efetiva (contração);

c. Teorias do lado da oferta: flutuações de custos e dos preços de mercado (margens de lucro) modificam as expectativas dos empresários e o nível dos investimentos. Alterações nas margens de lucro podem alterar os fundos disponíveis para empréstimo, afetando tanto o investimento como o consumo. De outra parte, ondas de inovações e enxames de empresários precedem um processo de imitação;

2 As teorias de inspiração keynesiana explicam o ciclo pela interação entre o multiplicador e o acelerador;

3 As teorias pós-keynesianas, por seu turno, explicam o ciclo pelas flutuações da taxa de retorno dos investimentos devido ao crescimento do estoque de capital e a variações na propensão a poupar;

4 As teorias do ciclo político-econômico baseiam-se nas relações trabalhistas com os investimentos realizados, os quais tendem a se intensificar nos períodos eleitorais e no cumprimento dos programas partidários;

5 As teorias do ciclo real dos negócios afirma que as flutuações econômicas derivam de ajustes da economia ocasionados por variações da demanda, que levam os empresários a realizar investimentos para aumentar a produtividade e manter suas margens de lucro, dados os novos padrões de concorrência.

Para compreender as teorias de Ciclos Econômicos, estas devem se embasar em outras teorias, para que possam ser consideradas válidas. Pode-se concluir com isso que apenas as teorias relacionadas com a teoria geral da economia podem, de fato, explicar os Ciclos Econômicos. (ROTHBARD, 1963)

Elaborada por John M. Keynes, a Teoria Geral foi apresentada pela primeira vez na publicação do livro *The General Theory of Employment, Interest, and Money*, do mesmo autor, em 1936. (FERRARI FILHO, 1997). O objetivo de Keynes, ao publicar um livro com tal título, era justamente para dar contraste às teorias clássicas que dominavam o conceito da Economia até então. Keynes ainda argumenta que a, até então “Teoria Geral” dos clássicos podia ser aplicada em apenas alguns casos específicos e não de maneira geral. (FERRARI FILHO, 1997)

A Teoria Geral, ou Teoria de Keynes, ou ainda Teoria Keynesiana, vai de encontro com o pensamento liberal, afirmando que o Estado tem que intervir na economia, a fim de ter o controle, para que crises possam ser evitadas ou solucionadas.

Heller (1999, p. 10) ainda sugere que, com base nos estudos de Harrod, a Teoria Geral de Keynes “corrige algumas características insatisfatórias da teoria tradicional”.

Silva (1995, p. 115-116), ao expressar sua opinião sobre a Teoria Geral, diz:

Minha impressão é que, para Keynes, sua contribuição consiste, basicamente, em extrair o pressuposto de pleno emprego (e outras falácias de composição) do corpo da teoria clássica. Parte do edifício teórico permanece em pé – torna-se a teoria microeconômica. A parte restante, em escombros, é reconstruída sobre novo alicerce (para levar a metáfora arquitetônica às últimas consequências, o lado macroeconômico da teoria clássica é apenas o último andar...). Keynes não justifica o que, de um ponto de vista pós-keynesiano, parece injustificável: por que à teoria das indústrias e firmas seria dado abstrair as “características significativas do dinheiro”? Por que o papel do dinheiro como “elo entre o presente e o futuro” seria pertinente apenas para a “teoria da produção e do emprego como um todo”? Deveria a “teoria monetária da produção” ser considerada uma teoria inerentemente macroeconômica (agregada)?

Silva (1995, p. 116-117), ainda expõe uma lista de características marcantes da Teoria Geral:

- a tentativa de criar uma teoria que esteja, ao menos parcialmente, “no tempo” (Hicks, 1975), ou no “tempo histórico” (Robinson, 1953; 1975);
- a ideia de que há, na economia capitalista, assimetrias e diferenças significativas entre os agentes, e de que a dinâmica dessa economia responde, essencialmente, às decisões tomadas pelos empresários;
- a adesão (não muito explícita) à ideia de Marx de que o objetivo da acumulação pode ser a própria acumulação, e não o consumo (Shapiro, 1978);
- o conceito de incerteza e suas implicações cruciais para uma teoria das decisões econômicas, incluindo os elementos de uma teoria das expectativas e uma teoria do comportamento convencional;
- a teoria da escassez como fonte da rentabilidade dos ativos (1936:cap. 16);
- uma Teoria geral dos ativos e da composição do portfólio, envolvendo a discussão acerca do prêmio de liquidez dos ativos; o uso do conceito de liquidez numa teoria do valor (cf. Townshend, 1937); o estudo da demanda por dinheiro como aplicação de capital;
- a inserção, no âmbito de uma Teoria geral da decisão de aplicar, das decisões de produzir e investir.

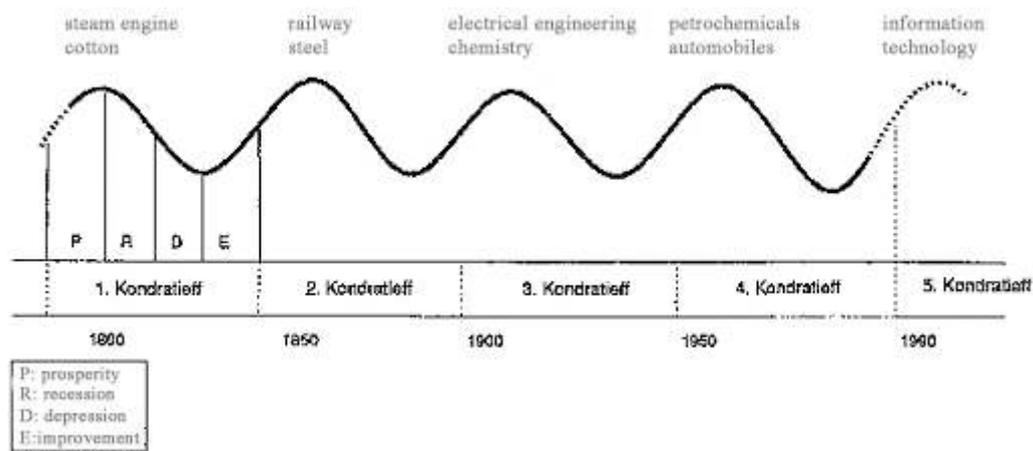
Com base nessas informações, algumas teorias possuem uma maior relevância no cenário internacional, como a Teoria de Kondratieff e a Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos.

Para Mendes (2005), uma das principais teorias abordando o tema é a desenvolvida pelo economista russo Nikolai Kondratieff. Para Mendes (2005, p. 13):

Quando a economia capitalista encontrava-se relativamente avançada, Kondratieff apresentou uma inédita contribuição ao estudo dos ciclos econômicos em seu ensaio *As Ondas largas da vida Econômica* (1944). O economista russo, ao observar o comportamento de algumas variáveis econômicas tanto na economia europeia quanto na estadunidense foi capaz de concluir que a coincidência no comportamento destas variáveis ao longo do tempo sugeriria um movimento cíclico da economia capitalista internacional.

De acordo com Kondratieff, cada ciclo tem uma fase de ascensão e declínio. A dinâmica interna dos ciclos (nomeado de K- ciclos pelo próprio autor) e com o princípio de flutuação é baseado no mecanismo de acumulação, concentração, dispersão, e a desvalorização do capital como um fator chave do desenvolvimento do mercado capitalista da economia. (GLOBAL RESEARCH, 2008)

Figura 2: Ciclo de Kondratieff



Fonte: Global Research (2008)

Outra escola importante para o estudo dos Ciclos Econômicos é a Teoria Austríaca. Para Sechrest (2006, p.1) a Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos, elaborada por Mises e Hayek, é definida sendo “essencialmente uma teoria de expansões econômicas instáveis, isto é, expansões macroeconômicas que devem inevitavelmente ser seguidas em algum ponto por contrações macroeconômicas”. A partir disto, entende-se que o foco da teoria está na má intervenção estatal em alguns aspectos da economia, como a taxa de juros, definido naturalmente pelos agentes econômicos e responsável pelo equilíbrio do consumo. (DAHER, 2010)

Segundo Arroyo (2010, p.11), sobre a mesma teoria:

“Já se encontra presente a conclusão básica da Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos: o *boom*, representado pela reorientação induzida da estrutura produtiva para o longo prazo, e causado pela redução da “taxa monetária” de juros abaixo da “taxa natural” via interferências monetárias, está fadado a se transformar numa crise que se manifestará na contração também forçada daquela estrutura”.

Além destas teorias, vários outros autores publicaram estudos e pesquisas relevantes sobre os Ciclos Econômicos, como: Schumpeter, Kitchin, De Wolff, Cassiel, Dupriez, Strigl e Keynes. (MENDES, 2005).

2.4 POLÍTICA ECONÔMICA

Com o intuito de evitar os dois maiores perigos dos ciclos econômicos: a inflação e o desemprego, os Estados adotam certas medidas, entre as principais estão as políticas monetárias e fiscal, que são ferramentas da Política Econômica, que possuem papel fundamental para a estabilização econômica dos Estados. (KEYNES, 1983)

Política Econômica pode ser considerada como decisões que o Estado toma com o intuito de atingir seus objetivos acerca da situação econômica de seu país, utilizando diferentes instrumentos, tanto a curto como longo prazo. (MOSSÉ, 1978)

Já para Abreu (1990), Política Econômica é “um conjunto de medidas tomadas pelo governo de um país com o objetivo de atuar e influir sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços.” Além de afetarem a economia, essas medidas podem também influenciar os campos políticos e sociais dos Estados. A abrangência de uma política varia conforme o país, seu grau de diversificação da economia entre outros fatores, inclusive, da decisão dos próprios governantes, de acordo com suas metas para o Estado. (ABREU, 1990)

Pode-se ainda dizer que Política Econômica, segundo Tinbergen (1962): “consiste na conjugação deliberada de certos meios para alcançar determinados fins da área econômica”. Ou ainda, de acordo com Kirschen (1975) como o “processo pelo qual o governo hierarquiza certos objetivos à luz dos seus fins de política econômica geral e usa instrumentos ou alterações institucionais para os alcançar”.

Abreu (1990) sugere que, para poder entender e estudar Política Econômica, é necessário estudar o objetivo da Economia, que nada mais é que a formulação de propostas para resolver ou minimizar as situações de dificuldades econômicas do presente, com o intuito de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Analisando essas diferentes definições para o que é de fato Política Econômica, pode-se concluir que todas fazem referência à manipulação de alguns meios com a intenção de alcançar finalidades pontuais na situação econômica de um Estado, região ou grupo de países, pelos agentes de política econômica. (SERRA, 2004). O principal objetivo de qualquer Política Econômica é o crescimento econômico, isto é, “expansão da produção do país, [...] uma quantidade crescente de mercadorias e serviços para serem adquiridos pela sociedade”. (ABREU, 1990).

Greffe (1989) explica bem esse objetivo quando diz que Política Econômica é o “conjunto das decisões dos poderes públicos visando orientar a atividade econômica num sentido julgado desejável aos olhos de todos”. Amaral (1996) segue o mesmo raciocínio quando diz que Política Econômica pode ser entendida como a atuação dos poderes públicos em domínios econômicos a fim de alcançar objetivos já estabelecidos.

Três podem ser os tipos de políticas econômicas, de acordo com os objetivos dos Estados: estruturais, de estabilização conjuntural e de expansão. (Abreu, 1990)

A primeira delas, a política estrutural, tem como foco uma reestruturação da economia do país que, caso necessite, possa sofrer mudanças na forma da propriedade, aumentando a influência do Estado no mercado. Pode ainda, caso seja necessário, privatizar empresas públicas ou nacionalizar estrangeiras. (Abreu, 1990)

Política de estabilização conjuntural, como Abreu (1990) cita: “visa a superação de desequilíbrios ocasionais. Podendo envolver tanto uma luta contra a depressão econômica como, o combate à inflação ou à escassez de determinados produtos”. Ou seja, uma política mais voltada para tempos em que o Estado se vê entrando em crise e necessita tomar alguma atitude para que a mesma não se agrave.

Por fim, a política de expansão visa o desenvolvimento econômico, seja para mantê-lo em seu nível atual ou acelerá-lo. Para isto, segundo Abreu (1990): “podem ocorrer reformulações estruturais e medidas de combate à inflação, proteção alfandegária e maior rigor na política cambial contra a concorrência estrangeira”.

É importa levar em consideração que cada uma dessas políticas está vinculada a uma ou mais corrente de pensamento econômico, fato comum no capitalismo, desde seus tempos mais antigos, como o mercantilismo e que se faz presente até nos dias atuais. (ABREU, 1990)

Além dos tipos de Política Econômica, existem também, as já citadas, suas ferramentas, essenciais para a intervenção estatal na economia, a fim de manter bons níveis de crescimento econômico e níveis de emprego. As mais importantes ferramentas políticas, segundo Musgrave (1980) apud Matias-Pereira (2011) são:

Política Fiscal - envolve a administração e a geração de receitas, além do cumprimento de metas e objetivos governamentais no orçamento, utilizado para a alocação, distribuição de recursos e estabilização da economia. É

possível, com a política fiscal, aumentar a renda e o PIB e aquecer a economia, com uma melhor distribuição de renda.

Política Monetária – envolve o controle da oferta de moeda, da taxa de juros e do crédito em geral, para efeito de estabilização da economia e influência na decisão de produtores e consumidores. Com a política monetária, pode-se controlar a inflação, preços, restringir a demanda, etc.

Política Regulatória - envolve o uso de medidas legais como decretos, leis, portarias, etc., expedidos como alternativa para se alocar, distribuir os recursos e estabilizar a economia. Com o uso das normas, diversas condutas podem ser banidas, como a criação de monopólios, cartéis, práticas abusivas, poluição, etc.

A Política Fiscal pode, ainda, ser expansionista, quando o governo decide aumentar os gastos públicos ou contracionista, quando há corte desses gastos. (ABREU, 1990).

Entende-se então que cada uma dessas ferramentas deve ser utilizada em casos distintos e específicos com o intuito de sanar os problemas econômicos do Estado, tais como as crises econômicas e financeiras que possam ocorrer eventualmente.

2.5 CRISES

Para Shaikh (1978), “crise refere-se a um conjunto de falhas nas relações econômicas e políticas da reprodução capitalista”. Também pode ser perturbações na função geral da troca, ou até mesmo um momento necessário do ciclo econômico a fim de manter o crescimento contínuo da economia. (GARNIER, 2011 apud DUBAR, 2011).

Dubar (2011, p. 17-18) ainda afirma:

Contrariamente às crises agrícolas do antigo sistema (más colheitas aleatórias e imprevisíveis) ou às crises de subprodução das economias socialistas (má gestão e rigidez burocrática), as crises capitalistas são “acidentes conjunturais”, “recessões passageiras”, “momentos necessários” para que o ciclo de Kondratiev (longo) ou o de Juglar (curto) retomem seus cursos ascendentes, antes que uma nova crise aconteça.

Afirma-se que “as crises capitalistas estão inscritas na estrutura” (LABROUSSE apud DUBAR, 2011, p. 18) e mantêm um padrão de desenvolvimento: quebra da bolsa, falências, queda do crédito, recessão, fechamento de fábricas, desemprego, planos de estímulo, que chegarão ao ponto em que o Estado tenha que intervir e medidas advindas da teoria de Keynes sejam tomadas para que um novo ciclo se inicie. (DUBAR, 2011)

Para Roubini e Mihm (2010, p. 28) “as crises financeiras se apresentam de varias formas e sob vários aspectos. Antes da ascensão do capitalismo, as crises geralmente surgiam em função de erros dos governos”.

As crises financeiras são resultado da decadência dos indicadores econômicos nacionais, como por exemplo: dívida externa, saldo da conta corrente do balanço de pagamentos, saldo orçamentário entre outros. (SANTOS, 2004)

Crises financeiras são associadas a “desordenamentos, eventos exteriores que mudam os horizontes, expectativas, oportunidades de lucro e comportamento”. Porém, exige-se que sejam ocorrências de maior relevância, para que não seja confundidos com eventos rotineiros produtores de mudanças no panorama. (KINDLEBERGER apud SANTOS, 2004).

As crises financeiras não necessariamente necessitam de uma correspondência com os fundamentos econômicos de um país para acontecer. (SANTOS, 2004)

Já as crises econômicas “se referem a períodos de baixa produção, aumento de desemprego e queda dos negócios em geral. Elas foram detectadas desde a antiguidade e foi objeto de muitas interpretações” (SANTOS, Theotonio, 2013).

Com o surgimento do capitalismo, os Estados e reinos começaram a tentar controlar suas moedas para reduzir suas dívidas públicas, o que se tornou ainda mais fácil depois da implantação do papel-moeda. Porém, até então, as crises eram decorrentes dessas dívidas dos governos e não propriamente ditas do capitalismo. A partir dos séculos XVI e XVII, um novo tipo de crise, juntamente com a ascensão capitalista da Holanda, apareceu: a bolha de ativos. (ROUBINI e MIHM, 2010).

Das teorias sobre bolhas, a mais utilizada é de Stiglitz (1990), a qual diz que o motivo pelo qual o preço é alto hoje, é porque existem investidores e compradores que acreditam que amanhã o preço de venda será maior. Ou seja, a expectativa de que uma melhora estar por vir.

Já Kindleberger (2008), define as bolhas da seguinte maneira:

Uma bolha pode ser definida livremente como um aumento acentuado no preço de um ativo ou uma gama de ativos em um processo contínuo, com o aumento inicial gerando expectativas de mais aumentos e atraindo novos investidores – geralmente especuladores interessados nos lucros advindos da negociação do ativo, mais que do uso de sua capacidade de geração de renda. A subida é normalmente acompanhada de uma reversão de expectativas e uma queda acentuada nos preços, frequentemente resultando em uma crise financeira.

Daher (2010), ao tentar apontar a origem das bolhas, cita as teorias dos austríacos e minskynianos, exibindo suas divergências. Os primeiros acreditam que a origem destas bolhas é exógena, motivada pela “redução artificial” da taxa de juro por um Banco Central, os segundos acreditam que o problema seja do próprio sistema capitalista, criador de ciclos económicos, os quais as bolhas podem fazer parte. (DAHER, 2010).

Shiller (2008), ao perceber que estas bolhas teriam ligação com a psicologia humana, enumerou alguns indicadores para que as bolhas pudessem ser descobertas em seus estágios iniciais:

- 1) Fortes aumentos de preços de ativo como imobiliários ou acionários; 2) grande excitação pública sobre os aumentos de preços; 3) um frenesi da mídia acompanhando o aumento de preço; 4) estórias de pessoas que ganharam muito dinheiro, causando inveja naqueles que não participaram; 5) interesse crescente desses ativo entre público em geral; 6) teorias de uma nova era que justifiquem os aumentos de preços sem precedentes; e 7) um declínio na qualidade e quantidade de informações que levariam à decisão de crédito em condições oferecidas muito ruins.

Porém Siegel (2003, p.14) afirma que “é preciso esperar um período de tempo suficiente para ver como o futuro se comporta antes que possamos identificar uma bolha”.

Mesmo acreditando que nem todas as bolhas são iguais, Mishkin (2008) expõe que os instrumentos financeiros ligados a elas poderiam causar crises financeiras bem graves. Apesar disso, Mishkin (2008) é contrário quanto o fato de utilizar de políticas económicas para evitar ou extinguir bolhas de ativos financeiros, baseando sua opinião no fato de que o estas políticas possuem outras funções, como monitorar índices de desemprego e inflação.

Por outro lado, Roubini (2006), diz-se ser favorável ao uso de políticas monetárias no combate às bolhas, especialmente aquelas caracterizadas como exógenas, a qual, segundo o autor, para evoluir não necessita da política monetária.

3. ANÁLISE DE DADOS

Na primeira parte deste trabalho apresentou-se o embasamento teórico obtido por meio da pesquisa bibliográfica e documental relacionada ao tema proposto. Esta fundamentação possibilitou analisar e compreender melhor os assuntos relacionados às crises econômicas. A partir disso foi possível coletar os dados da pesquisa e assim analisá-los.

Desse modo, este capítulo trará uma breve contextualização das duas crises econômicas em questão: a Crise Japonesa nos anos 1990 e a Crise na Zona do Euro. A partir dessas informações será possível analisar as duas crises e apresentar suas similaridades e diferenças, no âmbito histórico e econômico.

3.1 A CRISE JAPONESA

Para melhor entender a Crise Japonesa, torna-se imprescindível voltar um pouco no tempo, mais especificamente ao final da Segunda Guerra Mundial, a qual o Japão, foco principal da crise, saiu derrotado. Tendo isso em mente, primeiramente será apresentado o período pós-Segunda Guerra Mundial vivido pelo Japão, para que posteriormente seja possível retratar seus anos de milagre econômico e por fim a crise propriamente dita.

3.1.1 O período pós-Segunda Guerra Mundial

Durante o período que se inicia ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até o ano de 1952, o Japão viveu um dos piores momentos de sua história, com a derrota na Guerra e a destruição evidente no país.

Landes (1998, p. 531) apud Castelli (2010, p. 31):

O Japão pré-guerra convencera-se de que o controle de matérias-primas era uma condição *sin qua non* de poder e riqueza; com efeito, entrara na guerra com o objetivo de garantir esse controle. Agora, tinham perdido tudo e descobriram, para sua surpresa, o que os economistas já podiam ter-lhes dito há muito tempo, a saber, que as matérias-primas podem ser entregues em condições competitivas em qualquer parte do mundo. Tudo o que é necessário é dinheiro para comprá-las. [...] Os japoneses tinham agora aprendido que era preferível ganhar comprando do que tomando à força.

Torres Filho (1997, p. 5) apresenta a situação econômica do país após o fim da Segunda Guerra Mundial:

O esforço de guerra havia deixado a indústria local em situação de exaustão. As fontes de matérias-primas e de alimentos baratos haviam secado com a perda do império colonial o desemprego grassava, alimentado pelos seis milhões de repatriados. A alta inflação corroía o poder de compra dos assalariados. Finalmente, o governo militar de ocupação americano impunha reformas que desestruturavam os principais grupos econômicos (*zaibatsu*). Diante desse quadro, poucos acreditavam que o Japão poderia novamente e reerguer. Parecia, assim, definitivamente enterrado o sonho de autonomia e de afirmação nacional que havia sustentado o bem sucedido processo de industrialização acelerada, desde a Revolução Meiji, em 1868.

Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, o Japão passou a ser comandado por militares e políticos de outros países, como dos Estados Unidos e Inglaterra, no chamado governo provisório. Entretanto, essa ocupação que, em teoria, tinha tudo para ser problemática, acabou sendo pacífica, isto porque a população nipônica percebeu que os novos comandantes, mesmo que das nações vencedoras da Guerra, não eram mais seus inimigos, mas sim os seus antigos governantes, que os privavam de direitos plenos. Os aliados, por sua vez, queriam usar o Japão como exemplo a ser seguido pelos outros países asiáticos, em contraponto à ideologia da União Soviética, de um país regido pela democracia. (CASTELLI, 2010).

Para que seus objetivos pudessem ser concretizados, um pacote de reformas básicas, criado pelos Estados Unidos, foi enviado ao Japão, com a intenção de moldar o país nipônico nos moldes ocidentais, principalmente britânico e estadunidense. Dentre essas reformas estavam: o sufrágio feminino, o direito dos trabalhadores possuírem organizações para defender seus direitos, uma educação sem privações, o fim da autocracia governamental e uma economia mais democrática. (CASTELLI, 2010)

Com essa economia mais democratizada, foi possível que houvesse uma reforma agrária, que possuiu uma importância única para que o Japão pudesse se reerguer, pois a concentração de terras até então era assustadoramente alta. Além disso, o governo de ocupação adotou medidas para que a economia se estabilizasse o mais rápido possível. Sendo assim, a inflação, estagnação e déficits comerciais foram contidos. (CASTELLI, 2010)

3.1.2 O “Milagre Econômico” e o Pré-Crise

Alguns anos após a Segunda Guerra Mundial, o Japão vivenciou algo que, para muitos, parecia impossível: duas décadas de prosperidade e crescimento econômico que desbancavam as maiores potências mundiais da época. Deu-se início ao “Milagre Econômico”.

Durante esse período, que durou entre 1953 e 1973, a economia japonesa crescia a taxas altíssimas, que se aproximavam dos 10% ao ano. De acordo com Canuto e Lima (1999), muito desse crescimento se deve à regulamentação financeira, que fez com que a economia japonesa se reerguesse.

Entretanto, o alto crescimento econômico não foi algo exclusivamente japonês. Entre as décadas de 1950 e 1970, ocorre a chamada Era de Ouro, um fenômeno de proporções mundiais, no qual apenas os Estados desenvolvidos usufruíram dos benefícios dessa época. (HOBBSAWN, 1998). O **QUADRO** demonstra bem o que Hobsbawn abordou, mostrando, mesmo que as proporções japonesas tenham disso maiores, o elevado crescimento dos principais países no período citado.

QUADRO 1
Taxa média de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (em %)
(países selecionados)

	1953-1973	1974-1982	1983-1991	1992-1995
Japão	9,4	4,0	4,4	0,7
EUA	3,6	1,5	3,0	3,2
Reuno Unido	3,1	1,0	2,4	2,2
Alemanha Ocidental	5,8	1,6	3,1	1,1
França	5,3	2,4	1,9	1,4

Fonte: Scott, B., 1976; OECD, Economic Outlook, vários anos.

Entretanto, Mankiw (2007) se diz da opinião que o crescimento acelerado do Japão durante o período não foi algo surpreendente. Para o autor, é normal que uma economia que estava em um estado estacionário, como ele afirma, caso sofra com uma guerra, tendo parte do seu estoque de capital destruído, volte ao estado inicial. Mankiw ainda afirma que, para voltar ao este estado, um crescimento acelerado é natural, dado que o investimento de capital é maior que a depreciação do mesmo.

Imaginava-se, até, que esse crescimento, pudesse, com o passar dos anos, indicar uma ameaça à economia estadunidense. Entretanto, logo no começo da década de 1990, essa hipótese foi descartada. (TORRES FILHO, 1997).

Mesmo com a desaceleração verificada após o Choque do Petróleo de 1973, os japoneses conseguiram, até 1991, crescer, em média, 4% ao ano, níveis não igualados pelo restante dos países ricos (TORRES FILHO, 1997).

Makin (2008) frisa que o Japão vivenciou uma década de estagnação e deflação desastrosa no período entre 1991 e 2001, após o colapso das bolhas especulativas nos mercados acionário e imobiliário japonês.

3.1.3 A Bolha e a Crise

Logo após o milagre econômico e as crises do petróleo, o cenário internacional estava da seguinte maneira: os Estados Unidos passando por um período de alta da inflação, desvalorizando o dólar frente ao resto do mundo. Para estimular o mercado, o governo estadunidense valorizou a moeda, fazendo com que, por consequência, o iene se desvalorizasse em relação ao dólar. Foi nesse momento que as exportações nipônicas cresceram, acumulando gigantescos superávits comerciais, fazendo com que, se essa situação se prolongasse, o Japão pudesse tomar o lugar dos Estados Unidos no cenário internacional. (CASTELLI, 2010) Além disso, o governo japonês reduziu a taxa de desconto oficial, ao final da década de 1980, para 2,5% ao ano, valor muito baixo se for comparado que a mesma taxa nos Estados Unidos girava em torno de 6 a 7% por ano (LEVI, 1997).

Tendo isto em vista, Aglietta (1992) *apud* Levi (1997, p.48-49):

Diante disso, por um lado criou-se um forte estímulo para que os agentes internacionalizados, em especial as grandes corporações japonesas e os grandes bancos, mantivessem seus ativos financeiros em aplicações denominadas em ienes e, ao mesmo tempo, se endividassem em outras divisas (preferencialmente o dólar, ou então moedas cujas taxas de juros, ponderadas pela expectativa de desvalorização cambial, compensassem o baixo custo de contratação de empréstimos no sistema financeiro japonês).

O Japão, a partir dos anos 1980, adentrou-se num surto especulativo nunca antes visto na bolsa de valores e no Mercado imobiliário. Foi o início da bolha, causado pelas mesmas ações de sempre: o Banco Central deixando as taxas de juros baixas, a facilitação na hora de obter dinheiro, inovação financeira, desregulamentação, entrada agressiva no mercado de crédito imobiliário por parte

dos bancos, área não muito frequente pra bancos atuarem, e, um velho vício nos momentos de crescimento rápido, o pensamento de que os preços continuariam subindo sem parar. A princípio, tudo conspirava para que fossem anos intermináveis de prosperidade, o preço das casas dobrou até o final da década, dos imóveis comerciais, triplicou. O cenário parecia o melhor possível quando, ao fim de 1989, o Banco do Japão aumentou as taxas de juro, com o intuito de terminar com a especulação. E foi aí que a bolha estourou e a economia, após o *crash*, foi entrando vagarosamente em recessão, com o preço das ações diminuindo, assim como o dos imóveis. (ROUBINI, 2010)

Na opinião de Torres Filho (1997), a crise política e econômica do Japão deu-se desde o Acordo de Plaza, firmado em 1985, que visava a valorização da moeda japonesa, o iene, frente ao dólar, o remanejamento das indústrias japonesas no exterior e o surto especulativo nos mercados de ativos de Tóquio.

Para Tavares (1998, p. 02) “os EUA acabaram reafirmando sua hegemonia, através da diplomacia do dólar forte, submetendo seus parceiros ao seu projeto de recuperação econômica”.

Já para Levi (1997, p. 40-41), a Crise ocorrida no Japão surgiu a partir da:

Conjugação entre um determinado ambiente institucional que surgiu a partir da desregulamentação financeira ocorrida no país durante os anos 80 e o contexto internacional emergente na segunda metade da década, que consolidou a expectativa de valorização do iene frente ao dólar. Essa combinação de fatores criou cenário propício para o surgimento de um intenso processo especulativo nos mercados de ações e imóveis que envolveu de maneira profunda o sistema bancário japonês.

Pode-se dizer ainda que, a década de 1990 ficou marcada como uma “década perdida” para a economia japonesa. O motivo dessa depressão estava justamente no sistema financeiro japonês, causando assim uma crise de crédito e também gerou um pessimismo quanto às oportunidades futuras de crescimento da economia. (SHIMIZU, 2005)

A partir disso podemos ter uma noção do impacto causado pela crise não só no Japão, mas também em todo o sistema econômico internacional. Pois um país que passa por vários anos de crescimento extremamente altos atrai não só investidores nacionais, mas também internacionais e isso mexe com todo o fluxo econômico do planeta, pois esses investidores, de uma maneira ou de outra, estão atrelados a seus governos.

Eis que teve início a “Década Perdida”. A partir daí, o crescimento econômico, que durante o milagre econômico japonês entre os anos 1953 e 1973 era, em média, de 10%, e após esse período, até o início da crise, girava em torno de 4%, caiu para uma média de 1% ao ano, ou até menos, durante mais de uma década. (ROUBINI, 2010). Além dessa queda de crescimento, ou ponto importante a ser destacado foi a elevação da taxa de desemprego, algo comumente baixo no país nipônico.

Levi ainda afirma que a atuação das instituições durante a segunda metade dos anos 1980 apoiadas no desempenho dos mercados especulativos influenciaram diretamente para que a crise ocorresse. (LEVI, 1997).

Pode-se considerar que, desde a Segunda Guerra Mundial, a Crise Japonesa foi a primeira crise de uma economia desenvolvida, podendo-se tratar desta, ainda, como um “retorno à economia da depressão” (LIPSCY e TAKANAMI, 2013)

Várias são as características da crise ocorrida no Japão, porém duas delas, na visão de Canuto, se destacam: a crise bancária que perdurou por muito tempo e também a resposta macroeconômica dos estímulos governamentais, tanto no âmbito fiscal, quanto monetário, foi abaixo do esperado. (CANUTO, 1999b, p. 2)

É importante salientar que, quando a crise se iniciou, o Japão era a segunda maior economia do planeta e, quando uma economia de tamanha importância entra em colapso, ela atinge diretamente todo o sistema internacional, principalmente a economia asiática, que passava por uma fase de recuperação. (KRUGMAN, 1998)

Lipscy e Takinami (2013, p. 3) se mostram surpresos com o fato de que o Japão adentrou em uma crise após anos tão prósperos:

A crise financeira e a estagnação econômica do Japão desde os anos 1990 é um dos mistérios mais intrigantes da política econômica japonesa contemporânea. Nas décadas anteriores, o Japão possuiu um crescimento econômico acelerado notavelmente estável (TRADUÇÃO NOSSA).

Existe ainda, a vertente a qual divide a crise em 3 fases: a recessão entre 1991 e 1993, a recuperação temporária entre 1994 e 1996 e a depressão profunda que durou de 1997 até 1999. E cada uma dessas etapas possui suas características fundamentais para o entendimento da crise. (MAKIN, 2008)

Diversas são as teorias a fim de explicar como a crise se iniciou. Powell (2008) cita as teorias Keynesiana, Monetária e Austríaca para tentar compreender a

Década Perdida japonesa. Acredita ainda, que a última é a que melhor se encaixa para esta explicação. Powell ainda frisa que, mesmo que a outras duas teorias pudessem acertar a causa da crise, apenas a Teoria Austríaca teria embasamento suficiente para solucionar a mesma, visto que, medidas tanto keynesianas, quanto monetárias foram tentadas e não surtiram efeito.

O motivo pelo qual Powell defende que esta teoria melhor compreende a crise é pelo fato de que essa possui as características básicas dos ciclos econômicos, tais como: o *boom*, o momento de forte crescimento econômico. Logo após vem a recessão, quando o governo japonês aumentou as taxas. Em seguida a de pressão, ou seja, a crise, propriamente dita e, por fim, a recuperação, momento em que a economia do país volta a trilhar rumo à estabilização.

Mas não foi o que o governo japonês decidiu adotar como teoria para resolução da crise. Ao invés disso, como mencionado, tentou intervir fortemente na economia do país através do controle das taxas e injeção de dinheiro. Nada adiantou, na verdade, essas medidas ainda contribuíram para endividar ainda mais o país e agravar sua situação financeira.

Makin (2008), ao apresentar que o governo do Japão estava utilizando de ferramentas keynesianas, e ignorando os ensinamentos do próprio Keynes, ao investir uma quantia equivalente a 600 bilhões de dólares naquela época.

O resultado disso foi que, como o país não estava favorecendo os investimentos, os empresários decidiram migrar suas aplicações para outros países, e os investidores estrangeiros fizeram o mesmo.

Não bastasse, em 1997 o governo japonês voltou a criar novos problemas para o agravamento da crise. O novo ministro das finanças, Hiroshi Mitsuzuka, indicou que o corte do imposto de renda, parte de um pacote de estímulos, teria um fim. Em abril, quando se inicia o ano fiscal no país, o imposto sobre o consumo seria aumentado em 2%, passando de 3% para 5%. Ou seja, até abril, houve um aumento nos gastos dos consumidores, porém, após o aumento, os gastos regrediriam. (MAKIN, 1996).

A existência de uma armadilha de liquidez diminuía as chances do país de utilizar política monetária para tentar enfrentar a crise.

A década prolongou-se com o Banco do Japão tentando combater a crise, e a crise se prolongando sem uma solução. Até que, em meados de 2000, o Banco

do Japão decidiu dar fim a política de juros zeros. Porém ainda constatava-se que o Japão estava atrelado em uma armadilha de liquidez. Krugman (1998, p.3) explica:

[...] esta tendência à deflação que se configurou na economia japonesa e o fato de que as taxas de juros não podiam cair mais, pois essas já eram zero, configuravam uma armadilha de liquidez.

O que a economia japonesa necessitava para que pudesse superar a crise, segundo Canuto (1999), era de reajustes estruturais na própria economia japonesa. Algo muito além dos bancos e créditos. Não bastaria apenas sanar o problema destes, pois isso não garantiria que os investimentos voltariam ao país.

O fim da crise, porém, não é certo. Há quem diga, ainda, que ela perdura até os dias de hoje, pois desde essa época a economia japonesa cresce a níveis mínimos e estagnou sua economia.

3.2 CRISE NA ZONA DO EURO

A seguir será apresentada a Crise na Zona do Euro, porém para que isto seja possível, é indispensável que se faça inicialmente uma breve contextualização da Crise Americana, crise a qual serviu como estopim para a Crise da Zona do Euro, foco do estudo em questão. Após o breve entendimento desta primeira crise, apresentar-se-á a Crise na Zona do Euro, foco do presente estudo.

3.2.1 Crise Americana

A crise dos Estados Unidos de 2008 vem sendo o que analistas, como por exemplo, o ex-presidente do Banco Central dos EUA (Fed), Alan Greenspan, chamam de “a maior crise econômica desde a década de 30” (Alan Greenspan apud EXAME, 2008). Para Alan Greenspan:

A crise atual é do tipo que aparece „uma ou duas vezes por século” porque coloca em risco a solvência das maiores instituições financeiras. Temos o exemplo do americano Bear Stearns, comprado pelo JP Morgan, e do britânico Northern Rock, assumido pelo governo do Reino Unido (Alan Greenspan apud EXAME, 2008).

Essa crise iniciou-se em meados de 2004, quando principalmente pela queda nas taxas de juros básica, uma expansão na demanda por empréstimos em geral teve um aumento significativo. (GONÇALVES, 2008). Esse aumento foi considerável no setor imobiliário. “O que, por consequência, elevou o preço dos imóveis, levando a tomada de mais empréstimos para ganhos imobiliários” (GONÇALVES, 2008).

Para evitar que uma recessão econômica viesse a acontecer, o Banco Central norte-americano utilizava de todas as medidas possíveis para manter a economia estadunidense aquecida. Foi a partir disso que surgiu a Crise. (SUPERINTERESSANTE, 2008).

Em 2011, a sociedade internacional acompanhou o desenvolvimento de uma das maiores crises da economia. Era inerente a desconfiança gerada em 2007 pela crise no mercado imobiliário, que se deu em decorrência da elevação da inadimplência e da desvalorização dos imóveis e dos ativos financeiros associados às hipotecas americanas de alto risco, sistema, esse, chamado de mercado hipotecário *subprime*, pois uma possível declaração de moratória americana poderia desencadear um movimento de pânico de resultados inimagináveis. (CINTRA; FARHI, 2008).

Para conseguir um financiamento pelo sistema de *subprime*, não era preciso ter um bom histórico e nem mesmo comprovar renda. O financiamento de imóveis era facilitado e estes imóveis eram vendidos e, com esse dinheiro, adquiriam outros imóveis e utilizavam outras instituições para financiá-los. (ESTADÃO, 2008).

Segundo Telles (2008, on-line)

A crise financeira mundial, que mexeu com os mercados de ações, de crédito e de câmbio em 2008 que começou com uma onda de calotes no mercado imobiliário dos Estados Unidos e os seus efeitos foram sentidos no comércio, nos empregos e no cotidiano de todo o mundo. O momento financeiro entrou no que muitos economistas chamam de “crise patrimonial”. Como qualquer empresa, bancos e instituições financeiras têm obrigações a pagar (são os chamados passivos) e direitos a receber (os ativos). Uma firma “bem das pernas” sempre tem mais ativos do que passivos. Quando o valor dos ativos cai abaixo do valor das obrigações, o capital se torna negativo e isto significa que a empresa está falida. Não adianta continuar funcionando porque as receitas que vai receber não cobrem as despesas. Foi isso que aconteceu com os bancos e financeiras norte-americanas que compraram papéis lastreados em hipotecas. Muitos ficaram expostos. Os que tinham mais papéis não resistiram. As autoridades norte-americanas agiram e obrigaram instituições menos afetadas a comprarem as que estavam em maiores dificuldades para evitar o pior.

A expansão destes créditos imobiliários tinha como objetivo manter a economia interna dos Estados Unidos aquecida. (MARINHO, 2008) O aumento nos preços dos imóveis foi de mais de 50% entre os anos 2000 e 2005, motivados principalmente pelos juros baixos, facilidade de crédito e fracas regulamentações. (GEROMINI, 2009). Segundo Soros (2008, p. 15):

A valorização de dois dígitos nos preços das casas gerou especulação. Quando se espera que o valor de uma propriedade cresça mais que o custo dos empréstimos, faz sentido ter mais propriedades do que se pretende ocupar. Em 2005, 40% de todas as compras do setor eram feitas como investimento ou segundo imóvel, e não para moradia. Como o crescimento da renda média real foi anêmico nos anos 2000, os investidores usaram a criatividade para fazer os imóveis parecerem acessíveis. Os artifícios mais populares eram os financiamentos a taxas reajustáveis, tendo como chamariz a cobrança de juros abaixo do mercado nos primeiros dois anos. [...] Os critérios para a concessão de crédito implodiram, e as chamadas hipotecas subprime tornaram-se amplamente acessíveis para pessoas com histórico duvidoso de crédito.

O quadro a seguir apresenta, em linhas gerais, as principais causas que estimularam a eclodir a maior crise internacional dos últimos tempos.

QUADRO 2: Evolução da crise

Em março de 2001, a economia americana havia entrado em recessão, na esteira do estouro da bolha das empresas "pontocom". O Federal Reserve (Fed, o BC americano) iniciou uma sequência de cortes de juros que levou a taxa a 1% ao ano em junho de 2003 e na qual permaneceu até junho de 2004. Com juros baixos, a economia recebeu o impulso que precisava para sair da recessão. Um ano de juros baixos foi o suficiente para estimular o mercado imobiliário americano, além de elevar o consumo e a circulação de crédito de modo geral. Em 2005, o "boom" no mercado imobiliário já estava avançado.

Com juros baixos, as companhias hipotecárias passaram a explorar o segmento de clientes "subprime" que contém um risco maior que o de clientes com classificação melhor de crédito, mas compensado por taxas de retorno mais altas.

Os papéis de dívidas hipotecárias atraíram gestores de fundos e bancos. Essas instituições compraram esses títulos hipotecários "subprime" e permitiram que uma nova quantia em dinheiro fosse emprestada, antes mesmo de o primeiro empréstimo ser pago. Um outro gestor, interessado no alto retorno envolvido com esse tipo de papel, comprou o título adquirido pelo primeiro, e assim por diante, gerou uma cadeia de venda de títulos.

Em 2006, o mercado imobiliário já dava sinais de saturação, com preços e estoques altos de casas, ao lado de uma taxa de juros que vinha subindo desde junho de 2004, chegando a 5,25%. Com os juros mais altos, as correções nos contratos de hipotecas dificultaram os pagamentos de prestações, e a consequência foi o aumento da inadimplência.

Com isso, as instituições financeiras, que compraram os títulos hipotecários "subprime" e os revenderam sob a forma de derivativos, também começaram a ter problemas. Se a ponta (o tomador) não consegue pagar sua dívida inicial, ele dá início a um ciclo de não recebimento por parte dos compradores dos títulos. O resultado: todo o mercado passa a ter medo de emprestar e comprar os "subprime", o que termina por gerar uma crise de liquidez (retração de crédito).

Em 2007, o setor financeiro sofreu o primeiro golpe, quando o aumento da inadimplência nas hipotecas "subprime" aumentou o risco embutido nos derivativos lastreados nesses papéis de dívida. O banco francês BNP Paribas Investment Partners divisão do banco francês BNP Paribas congelou,

em agosto daquele ano, resgates em três fundos, alegando dificuldades de avaliar os valores dos investimentos ligados a essas hipotecas de risco.

Com esse primeiro sinal de problemas, a reação foi à mesma de todas as crises que envolvem o mercado financeiro: pânico. Primeiro foram algumas gigantes do setor hipotecário, como a American Home Mortgage (AHM): uma das 10 maiores empresas do setor de crédito imobiliário e hipotecas dos EUA, a empresa teve de pedir concordata. A Countrywide Financial, outra gigante do setor, teve de ser comprada pelo Bank of America.

Das empresas hipotecárias, a crise passou para os bancos. O marco inicial da onda de pânico que conduziu a esses resultados foi a quebra do Lehman Brothers. Desde então, alguns dos principais grupos financeiros não só dos EUA, mas do mundo todo, que já vinham sentindo os abalos da crise, entraram em um ritmo acelerado de perdas.

A crise provocada pelo problema que começou no mercado imobiliário e que se infiltrou no sistema financeiro acabou por se espalhar para todos os setores da economia. O mercado de trabalho também sofre uma contração, nos EUA e além, causada pela crise de crédito originada nos problemas do mercado imobiliário. A taxa de desemprego nos EUA fechou 2008 em 7,2%, pior nível desde 1993. O número de desempregados no país no ano passado chegou a 2,6 milhões, maior desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

Fonte: Adaptado Folha online (2010) Acessado em 30/09/10 apud SILVA, 2010.

O agravamento da crise se deu entre 2005 e 2007, com o aumento das taxas de juros, principalmente dos financiamentos em longo prazo, como, por exemplo, as hipotecas. Outro problema grave era a inadimplência. Só no período entre 1990 e 2007, os dividendos referentes às hipotecas no país norte-americano ultrapassaram os US\$ 10 trilhões. Fato que se alastrou pelo resto do planeta, afetando todas as economias e fazendo com que os Bancos Centrais dos principais países desenvolvidos injetassem moeda no mercado para que fosse desvalorizada e evitasse uma crise de proporção mundial. (GALL, 2010; SOROS, 2008)

Ainda segundo Soros (2008), pode-se dizer que a crise iniciou-se em agosto de 2007. E o motivo disso é que foi a primeira vez em que os bancos centrais precisaram intervir na economia para gerar liquidez no sistema bancário. Soros (2008, p. 12-13), em seu livro, cita fatos importantes para o início da Crise:

No dia 6 de agosto, a American Home Mortgage, uma das maiores empresas de financiamento imobiliário e hipotecas dos Estados Unidos, pediu concordata depois de demitir a maioria dos seus funcionários. Alegou que era vítima dos problemas que atingiam as financeiras do setor de crédito de hipotecas subprimes e seus clientes. No dia 9 de agosto, os mercados de créditos de curto prazo pararam quando um grande banco francês, o BNP Paribas, congelou três fundos de investimento no valor de 2 bilhões de euros, citando problemas no setor de crédito subprime americano.[...] Em 10 de agosto, o Banco Central Europeu injetou mais 61 bilhões de euros no sistema bancário. Nos Estados Unidos, o FED anunciou que providenciaria o volume de reservas necessárias para combater a crise de liquidez. Em 13 de agosto, o Banco Central Europeu colocou mais 47,7 bilhões de euros nos mercados financeiros – a terceira injeção de crédito em três dias úteis. Os bancos centrais dos Estados Unidos e do Japão

também reforçaram as injeções anteriores. [...] Em 13 de setembro, veio a público que o Northern Rock, maior banco de crédito imobiliário britânico, estava à beira da insolvência.

Influenciados pela queda dos preços residenciais, uma forte estagnação tomou conta do mercado imobiliário norte-americano. O consumo foi reduzido, pois se pagava altas prestações para imóveis cada vez mais desvalorizados, isso afetou a economia de um modo geral no cenário internacional, negativamente. (SOROS, 2008). A partir desse recuo nos investimentos que o mercado de créditos foi afetado no mundo inteiro, pois começou a se instalar um medo de que esses empréstimos não fossem honrados. A partir de meados de 2008, não só os Estados Unidos, mas outros países ao redor do planeta começaram a cortar as taxas de juros tentando incentivar o uso desses créditos, o que não aconteceu. (NADER, 2007).

Três dos maiores bancos dos Estados Unidos, o Morgan Stanley, Merrill Lynch e o Lehman Brothers, tiveram suas notas de classificação de risco de créditos diminuídas, em 2008. Ou seja, o que já parecia não ser dos melhores cenários de uma crise, agravou-se. (INFOMONEY, 2008a)

O site Infomoney, comprovando que os Estados Unidos estavam em recessão desde meados de 2007, divulgou a seguinte notícia:

De acordo com o estudo realizado, o último período de expansão econômica norte-americana durou 73 meses, tendo início em novembro de 2001 e fim em dezembro de 2007. A partir daí, a economia dos Estados Unidos deu forte sinal de desaceleração. "O comitê identificou dezembro de 2007 como o mês de enfraquecimento, determinando posteriormente que o declínio seguido na atividade econômica foi profundo o bastante para qualificar uma recessão", apontou o órgão. Adotou-se tratar recessão como um período de dois trimestres seguidos de retração para determinada economia. De acordo com dados do PIB (Produto Interno Bruto) norte-americano, o terceiro trimestre apontou recuo de 0,5% na atividade do país. Antes de esperar pela sequência que determinaria a confirmação convencional desta recessão, a NBER argumenta que "as recessões começam quando a economia atinge um enfraquecimento da atividade e termina quando consegue retomar o crescimento". Dois indicadores principais considerados pelo órgão são produção doméstica e o nível de empregos da economia. Para se ter uma ideia, a última medição do Employment Report, referente a outubro, apontou alarmante taxa de desemprego de 6,5%, maior nível desde 1994. Nesta segunda-feira (1), o indicador do nível de atividade industrial do país caiu mais que o esperado em novembro (INFOMONEY, 2008b).

A partir dessas informações sobre a Crise Americana, pode-se ter uma melhor base para entender a Crise na Zona do Euro, a qual será apresentada a seguir.

3.2.2 A Crise

Para Diniz e Jayme Jr (2013), tanto a Crise Americana, quanto a própria adoção do Euro como moeda única, estão diretamente ligados aos principais motivos causadores da Crise na Zona do Euro:

A crise de 2008 [...] na União Europeia significou também ultrapassagem dos limites de referência de 3% do déficit público em vários países, como tentativa de manter a demanda aquecida, reduzindo o impacto negativo sobre o produto e, principalmente, para salvar grandes bancos privados da falência. Apesar de terem reduzido seus déficits públicos progressivamente para adotar o Euro, países como Grécia e Portugal jamais conseguiram se enquadrar nos limites de referência de 3%, tendo perdido totalmente o controle com a crise do *subprime*. Considerando ainda problemas em relação à arrecadação tributária nesses países, o resultado é um orçamento público constante e progressivamente deficitário, com reflexos sobre a dívida pública, que também fugiu da trajetória a partir de 2009.

O efeito-contágio da crise estadunidense refletiu em todos os países visto que a sociedade atual é formada de múltiplas relações de interdependência entre as economias. (PRATES, 2011).

No velho continente, a Crise Americana, agregado aos problemas estruturais que já existiam, derivados desse modelo de união monetária, determinaram o cenário de crise e o colapso que estava por vir. (LIMA et al, 2012)

Krugman (2012) afirma que a crise mundial apenas potencializou e expôs uma ampla variedade de problemas estruturais já existentes nas economias europeias, pois não esperavam que tal crise pudesse vir a ocorrer, sendo pegos de surpresa.

Com o panorama da Crise Americana exposto, a Crise na Zona do Euro surge da dificuldade de alguns de seus países membros em arcar com suas dívidas. Estes países que tem um maior destaque na crise são: Grécia, Itália, Irlanda, Portugal e Espanha. Esses países, objetivando diminuir o impacto causado pela crise mundial, incentivaram alguns setores das suas economias, considerados os mais críticos, com pacotes de valores bilionários, tentando, ainda, não elevar o índice de desemprego. Porém, com esse aumento de gastos públicos, a arrecadação diminuiu e o resultado foi um endividamento ainda maior destes países. (R7, 2010)

Para Soares (2012):

A erupção da crise da dívida soberana dos países da zona euro, em 2010, veio revelar de forma cruel as fragilidades estruturais do quadro constitucional que regula o funcionamento da UEM. Desde logo, a inexistência de uma verdadeira união política europeia, que determinasse um espírito de solidariedade efetivo entre os diferentes estados-membros. Por outro lado, a ausência de mecanismos de estabilização para os países em dificuldade no seio da moeda única.

O primeiro sinal de que a crise era de proporções não antes vista, foi quando a Grécia, que já vinha tendo problemas antes mesmo da crise, foi incapaz de realizar reformas fiscais, como mecanismo de defesa ante a crise mundial. Com isso, seu crescimento diminuiu e os déficits se tornaram insustentáveis. Essas dívidas chegavam a valores altíssimos, superando a própria economia do país, fazendo com que o país, a contragosto, assume que não teria condições de arcar com essas contas. Para se ter uma ideia, a dívida, em 2009, alcançava a cifra de 300 milhões de euros, quando o PIB no ano anterior girava em torno de 255 milhões de euros. (TORRES, 2013)

Dado isso, os investidores se sentiram ameaçados e exigiram maiores rentabilidades dos títulos gregos. A partir daí, essa exigência se tornou comum não apenas na Grécia, mas nos outros países afetados pela crise também. (TORRES, 2013).

Porém, este aumento no valor dos títulos faz com que se inicie um ciclo vicioso. Para Torres (2013):

A demanda por maiores rendimentos equivale a custos mais elevados de financiamento para o país em crise, o que leva a uma tensão fiscal ainda maior, levando os investidores a exigir um maior rendimento, e assim por diante. A perda geral de confiança dos investidores geralmente contagia o mercado, fazendo com que os investidores passem também a exigir rentabilidades maiores para a aquisição de títulos de outros países com finanças igualmente abaladas.

Com o intuito de mudar o cenário da crise, ao final de 2011, 25 dos 27 países da União Europeia aprovaram um acordo no qual um pacto fiscal, a fim de estimular o crescimento econômico dos países e reagir ante a crise e também recuperar a importância do Euro na economia internacional. (R7, 2012).

Não obstante, outras economias também seguiam o caminho grego, porém, nenhuma alcançou os níveis críticos que a Grécia alcançou. Segundo notícia publicada pelo site IG (2011) “a União Europeia, sob a liderança da Alemanha, a

maior economia do bloco, tem buscado saídas para a crise, mas a falta de medidas concretas e de grande impacto tem contribuído ainda mais com clima de incerteza”.

Como explicitado acima, não apenas a Grécia passava por momentos de destaque na Crise. Portugal, em 2011, encontrava-se com sua economia em contração e uma taxa de desemprego que ultrapassava os 12%. Diferentemente do que houve nos outros países, em Portugal não houve o chamado estouro da bolha, o que ocorreu foi uma perda de competitividade da economia ante o cenário internacional e um baixo crescimento econômico, derivado disso e da crise mundial. (IG, 2011)

Já na Irlanda, outro país bastante atingido pela crise, apelidado de “Tigre Celta” até pouco antes da crise, vinha sendo destaque, de maneira positiva, no velho continente. Três anos após esse início de sucesso, ou *boom*, a economia se viu em um desastre financeiro, em 2011. O valor dos imóveis despencou mais de 60%, os empréstimos de risco foram se acumulando nas carteiras dos bancos. Na tentativa de reverter essa situação, uma injeção de algo em torno de 45 bilhões de euros foi feita pelo governo, fato que só aumentou o, já alto, déficit público irlandês. (IG, 2011)

Na Espanha, o maior problema é o desemprego. Cerca de pouco mais de 20% da população ativa do país estava sem emprego, índice mais alto dentre os países industrializados. A economia estava tão fragilizada que, aproximadamente um quinto da população estava classificado como pobre, em 2011, ou o equivalente a 10 milhões de pessoas.

O governo, então, para tentar conter a crise e ajustar esse baixo crescimento econômico, tentou medidas como o aumento da idade de aposentadoria, o aumento de impostos, congelamento das pensões entre outros, porém, o que aconteceu foi que o governo espanhol perdeu sua credibilidade adotando essas medidas e a crise continuou a se desenvolver. (IG, 2011).

Na Itália, a maior incógnita é se as medidas adotadas pela União Europeia visando solucionar a crise darão efeito ou não. A dívida italiana era, em 2011, de aproximadamente dois trilhões de euros, assustadoramente superior que a crise dos outros países. O mais grave dessa situação era o fato de que a Itália, como 3ª maior economia europeia, correspondia a 20% da economia do bloco e, caso a crise se agravasse, toda a Zona do Euro estaria comprometida. Para tentar sanar estes problemas, trocou-se o primeiro-ministro do país. Mario Monti, agora primeiro-ministro, tinha como missão adotar o plano de austeridade aprovado pelo

parlamento italiano, cortando aproximadamente 60 bilhões de euros dos gastos públicos e devolver o equilíbrio econômico ao país até 2014. (IG, 2011)

Não foi só a Itália que adotou medidas de austeridade para tentar conter a crise. Estes outros países acima citados também acataram, como carro chefe contra a crise, visto que os pacotes financeiros não surtiram efeito, a política de austeridade, que nada mais é que o controle de gastos feito pelo governo para tentar diminuir o déficit público.

Na Grécia, a redução foi praticamente em todas as frentes. Setor público, educação, saúde, defesa nacional e pensões foram afetados, aumentando o desemprego para 21%, revoltando a população. Em Portugal, um empréstimo de emergência internacional foi a solução para o pagamento das contas públicas do país. Na Irlanda, cinco orçamentos de austeridades foram adotados desde o início da crise. Aumento de impostos sobre rendimentos, vendas, carros, casas e combustíveis, além do corte de salários, foram algumas das contenções que o governo irlandês adotou para enfrentar a recessão. O governo espanhol decidiu aumentar os impostos sobre propriedade, além de cortar gastos em áreas básicas, como educação e saúde. (O GLOBO, 2012).

Para Stiglitz (2012):

A austeridade não tem funcionado e não vai funcionar. [...] Nenhuma grande economia alguma vez recuperou com programas de austeridade de um abrandamento ou recessão económica, e muito menos da magnitude que enfrentam hoje a Europa e Estados Unidos. E estas são ambas grandes economias

Como bem se sabe essas não foram as únicas nações afetadas pela Crise na Zona do Euro, porém são as que merecem um maior destaque pelos efeitos que esta causou neles. A Alemanha e a França merecem destaque também, principalmente a primeira, por serem os países, juntamente com o Banco Central Europeu, que estão se desdobrando para que a crise possa ser contida e superada sem maiores danos.

Apesar de todas essas medidas, especialistas cravam que a Crise não está perto de um fim. Em uma entrevista publicada no site Exame (2013), cita-se um comentário feito por Guntram Wolff, diretor do Instituto Bruegel:

A dinâmica negativa dos últimos dois anos não vai desaparecer imediatamente. Corrigir a elevada taxa de desemprego (12,1% na eurozona

e 26,3% na Espanha em julho) vai levar muito tempo. [...] Além disso, continuam existindo grandes dificuldades no setor bancário, apesar de também haver elementos positivos como o aumento das exportações na Espanha.

Apesar disso, o Produto Interno Bruto na zona do euro teve uma leve alta no segundo trimestre de 2013, causando um breve alívio para as economias. Entretanto, esse crescimento esconde um pouco a realidade da economia, pois enquanto economias como a Alemanha crescem a 0,7%, países como Espanha e Itália ainda continuam em recessão, com índices de -0,1% e -0,2%, respectivamente.

3.3 COMPARANDO AS CRISES

Em comentário feito pelo tradutor de um artigo escrito por Powell, ao site Instituto Ludwig Von Mises Brasil (2008), uma breve comparação é feita:

Mas o interessante é notar que a crise japonesa começou de maneira idêntica à crise atual. E, assustadoramente, os governos de hoje estão implementando exatamente as mesmas medidas implementadas pelo governo japonês, cujos resultados, assim como o New Deal, foram catastróficos.

Especialistas, como Christine Lagarde, diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional, e o Nobel da Economia, Joseph Stiglitz, afirmaram, quando a Crise na Zona do Euro se iniciou, que esta poderia ser uma crise semelhante à vivida pelos japoneses durante os anos 1990, que ficou conhecida como “Década Perdida”. (BRASIL ECONÔMICO, 2012).

Dentre todas as semelhanças entre as duas crises, a Japonesa de 1990 e a ocorrida na Zona do Euro, algumas são destacadas e se tornam interessante para uma análise.

Como visto na contextualização entre as duas crises, tanto a Crise Japonesa de 1990, quanto a Crise na Zona do Euro foram causadas por ações, não única, porém fundamentais, dos Estados Unidos. Na primeira, os norte-americanos se viram ameaçados pelas crescentes altas da economia japonesa e, utilizando-se de sua forte influência no cenário internacional, assinou o Acordo de Plaza, comprometendo o preço do iene na época, fazendo com que a economia japonesa, que vinha em disparate, entrasse em uma recessão sem precedentes desde o período pós-Segunda Guerra Mundial.

Já no caso da Crise na Zona do Euro, o início, também com grande parcela influenciadora dos Estados Unidos, iniciou-se a partir da Crise Americana dos *subprime*. Essa crise, advinda da facilitação de empréstimos para os clientes, fez com que todos quisessem esses créditos. Entretanto, esses empréstimos precisariam ser pagos um dia, e, quando este dia chegou, não foram pagos, pois, como a facilidade era tremenda, até mesmo aqueles que claramente não possuíam condições de arcar com essas dívidas foram beneficiados. Deu-se início o aumento das dívidas derivadas do sistema de *subprime*. E como estes empréstimos eram feitos por clientes de todo o mundo, logicamente que as economias europeias foram atingidas. Algumas tiveram prejuízos maiores que outras, como é o caso de países como a Grécia, Portugal, Itália, Espanha e Irlanda.

Cabe lembrar que, em ambos os casos, as economias se viram presas em armadilhas de liquidez e, quando as economias chegaram ao limite do aquecimento, as bolhas, tanto no Japão, quanto na Crise Americana, iniciadora da Crise na Zona do Euro, estouraram.

Já quanto ao plano de soluções, o bloco europeu não aprendeu a lição dada pelos japoneses e utilizaram das mesmas técnicas falhas que os nipônicos. Altas injeções de liquidez e pacote financeiro com valores absurdamente altos foram algumas das medidas tomadas e que, além de não surtirem efeito, aumentaram ainda mais as dívidas públicas, tanto em uma crise, quanto na outra.

Uma reportagem do site Brasil Econômico (2012), aponta outra similaridade entre as crises: “as empresas europeias estão utilizando seus lucros para aumentar suas reservas financeiras, assim como acontece no Japão, ao invés de elevar os investimentos. O mesmo é feito pelas famílias”.

Outra característica similar entre essas duas crises é a de que, tanto o Japão, foco da primeira crise, quanto a Zona do Euro, foco da segunda, salvo exceções de alguns países que já sofriam alguns problemas na época, viviam momentos de alta na economia internacional. O Japão vinha crescendo a níveis considerados surpreendentes para um país recentemente devastado por uma guerra e a União Europeia se destacava no cenário recente como um exemplo a ser seguido, da união de vários países que deu certo, com destaque para a Alemanha, que está entre as maiores economias do planeta.

Entretanto, não existem apenas semelhanças entre essas crises. Algumas divergências também são interessantes de serem analisadas.

A principal delas é que, no caso da Crise Japonesa de 1990, a crise limitou-se a atingir principalmente o país nipônico e, como o processo de globalização ainda estava no início de sua expansão mais acelerada, não houveram muitos danos significativos a outros países. Por outro lado, a Crise na Zona do Euro já começa como consequência de uma crise mundial e afeta o bloco como um todo, acarretando em problemas não só nas principais economias do planeta, mas nas que estavam e estão em desenvolvimento também. “A maior diferença entre as duas crises é que, diferentemente da Crise Japonesa, a Crise na Zona do Euro evoluiu a proporções globais”. (EUROPEAN COMISSION, 2009, tradução nossa).

Outro fato importante de ser lembrado é que, ao contrario do caso japonês, a dívida estava nas mãos do mercado, o que agravou a situação, tendo em vista que constantes ataques especulativos são executados. (AGROLINK, 2011).

Tendo isto em vista, cabe dizer que, apesar das semelhanças e diferenças apresentas neste trabalho e outras tantas que existem, tanto a Crise Japonesa de 1990, quanto a Crise na Zona do Euro, a importância destas duas crises é fundamental para que as economias globais, hoje mais conectadas do que nunca, não caiam nos mesmo erros e caso isso venha acontecer, fato comum nas economias capitalistas, saibam como utilizar suas ferramentas econômicas para que o prejuízo e tempo sejam os menores possíveis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou que, através da contextualização da Crise Japonesa de 1990 e da Crise na Zona do Euro, essas duas crises fossem mais bem entendidas e, a partir desta explanação sobre elas, o objetivo central da pesquisa, que era apresentar as principais semelhanças e divergências entre as crises ocorridas no Japão no início da década de 1990 e a recente crise que afetou a Zona do Euro.

A fim de alcançar o tema geral aqui proposto, três objetivos específicos foram elaborados, que ampararam o estudo para que se chegasse ao resultado esperado. Sendo assim, o primeiro objetivo específico proposto foi a caracterização da Crise Japonesa ocorrida nos anos 1990, a partir de sua contextualização histórica e o desenrolar da mesma, apontando alguns fatos importantes.

Semelhante ao primeiro objetivo, o segundo objetivo específico visava conceituar a Crise vivida na Zona do Euro recentemente, passando, primeiramente, pela Crise Americana, que é de suma importância para a compreensão da Crise Europeia. Deste modo, primeiramente se foi feita uma rápida análise da Crise Americana para que se pudesse chegar à Crise na Zona do Euro.

Por fim, o último objetivo específico analisou as informações das duas crises e, juntamente com o conhecimento do autor, apontou as principais semelhanças e divergências entre as duas crises que foram explanadas.

A partir da resposta aos objetivos propostos, entende-se que a problemática proposta, assim como os objetivos acima apontados, foram bem descritos. Algumas semelhanças e divergências foram apontadas entre as duas crises, com um maior destaque para o fato de que as duas se iniciaram a partir da influência dos Estados Unidos, seja com a assinatura de um Acordo ou a partir de uma Crise que se tornou mundial. E entre as principais divergências, a mais clara entre elas é a de que, diferente da Crise Japonesa, que teve como foco quase que exclusivo o Japão, a Crise na Zona do Euro tinha proporções globais, muito devido ao fato de que as economias, nos dias atuais, estão muito mais conectadas que na década de 1990.

Segue como sugestão para trabalhos futuros envolvendo um comparativo entre estas duas crises, um aprofundamento maior no que tange essas semelhanças e divergências, que elas possam ser tema de estudos isoladamente. Além disso, poderia também ser estudada uma comparação entre as consequências das Crises

para mercados específicos, não apenas no âmbito da economia internacional como um todo.

5. REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo P. **A Ordem do Progresso: cem anos de Política Econômica 1889-1989**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1990.

AGROLINK. **Uma década perdida na Europa?** Disponível em: http://www.agrolink.com.br/culturas/milho/coluna/uma-decada-perdida-na-europa-_4190.html Acessado em: 29/10/2013

AMARAL, João Ferreira do. **Política econômica- Metodologia, concepções e instrumentos de actuação**. Ed. Cosmos, Lisboa, 1996.

BARBOSA, Paulo Sérgio. **Competindo no Comércio Internacional: uma visão geral do processo de exportação**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

BRASIL ECONÔMICO. **Semelhante ao Japão, Europa pode ter década perdida**. Disponível em: <http://www.brasileconomico.ig.com.br/noticias/semelhante-ao-japao-europa-pode-ter-decada-perdida_117815.html>. Acessado em: 09.09.2013.

CAMÕES, Francisco e VALE, Sofia. **Macroeconomia e Análise da Conjuntura. Factos estilizados dos ciclos económicos de curto prazo: principais factos e técnicas**. ISCTE, 2012.

CANUTO, Otaviano e LAPLANE, Mariano Francisco. **Especulação e Instabilidade na Globalização Financeira**. UNICAMP, 2005.

CANUTO, Otaviano, LIMA, G. T. **Desdobramentos da globalização financeira: regulação substantiva e procedimental**. Campinas: UNICAMP. IE, 1999.

CANUTO, Otaviano. **A Crise Financeira Japonesa**. IEA, 1999.

CANUTO, Otaviano. **Crise e americanização das finanças japonesas**. IE/UNICAMP. 1999.

CASTELLI, Jonattan Rodriguez. **A Crise Econômica Japonesa dos Anos 1990 e a Armadilha de Liquidez**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

CHANDLER, Alfred. **The Visible Hand: The Managerial Revolution in American Business**. Cambridge, Ma: Harvard Belknap, 1977.

CHESNAIS, F. **Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DAHER, Cecílio Elias. **A bolha de 2008 na bolsa de valores brasileira: teorias e evidências**. 2010. 143 f. il. Tese (Doutorado em Administração)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

DINIZ, André Sander, JAYME JR., Frederico G. **Competitividade e restrição externa na Zona do Euro**. Revista de Economia Política. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/130-2.PDF>>. Acessado em: 25.10.2013.

DUBAR, Claude. **Entre crise global e crises financeiras**. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/18_1/v18n1_traducao.pdf>. Acessado em: 12.10.2013.

ECB. **Comparing the recent financial crisis in the United States and the Euro Area with the experience of Japan in the 1990s**. Disponível em: <http://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/art2_mb201205en_pp95-112en.pdf>. Acessado em: 02.09.2013.

ESTADÃO. **Os efeitos da crise do setor imobiliário dos Estados Unidos**. 2 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/os-efeitos-da-crise-do-setor-imobiliario-dos-eua,1546.htm>>. Acessado em: 26.10.2013.

EUROPEAN COMISSION. **European Statistics**. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database/>. Acessado em: 16.09.2013.

EVANS, Michael K. **Macroeconomic activiy: theory, forecasting, and control**. New York, 1969.

EXAME. **Crise é a pior desde a 2ª Guerra Mundial, afirma Alan Greenspan**. 17 mar. 2008. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/noticias/crise-e-a-pior-desde-a-2a-guerra-mundial-afirma-alan-greenspan-m0154728>>. Acessado em: 27.10.2013

EXAME. **Zona do euro ainda está longe de sair da crise**. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/fim-da-recessao-encoraja-uma-zona-do-euro-ainda-longo-de-sair-da-crise> acesso em: 28.10.2013

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
FERRARI FILHO, Fernando. **Keynes e a Atualidade da Teoria Keynesiana**. Análise Econômica, ano 15, n. 28, 1997.

FILGUEIRAS, Luiz e DRUCK, Graça. **MARX e KEYNES: Estado e crises do capitalismo**. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/5441/3913>>. Acessado em: 14.09.2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Capitalismo**. In: **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. 7. ed. São Paulo: Papirus, p. 115, 2005.

G.ASTALDI, J. Petrelli. **Sistema Econômico Neoliberal**. In: **Elementos de Economia Política**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, p. 30, 1995.

GALL, Norman. **O terremoto financeiro: a crise global do século**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. **Reflexões Sobre os Efeitos da Crise Financeira nos Países em Desenvolvimento**. Ci. & Tróp., Recife, v.34, n. 1, p. 35-46, 2010.

GEROMINI, Flávio Luiz Del'Arco. **Uma avaliação da crise internacional de 2008 sobre o mercado acionário brasileiro**. 11 nov. 2009. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia291572>>. Acesso em: 27.09.2013.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência**. Polity Press, 1985.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GLOBAL RESEARCH. **Nikolai Kondratiev's "Long Wave": The Mirror of the Global Economic Crisis**. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/nikolai-kondratiev-s-long-wave-the-mirror-of-the-global-economic-crisis>>. Acessado em: 26.10.2013.

HAYASHI, Fumio e PRESCOTT, Edward C. **The 1990s in Japan: A Lost Decade**. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1094202501901498>>. Acessado em: 27.10.2013.

HEERDT, Mauri Luiz e VILSON Leonel. **Metodologia da Pesquisa - Livro Didático**. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

HELLER, Claudia. **A Síntese da Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda segundo Roy Harrod em "Mr. Keynes and traditional theory"**. Disponível em: <<http://economia.unipv.it/harrod/otherstuff/heller.pdf>> Acesso em: 15.10.2013.

HOPPE, Hans-Hermann. **Uma teoria do socialismo e do capitalismo**. Disponível em: <http://mises.org.br/files/literature/Uma_teor%C3%ADa_BROCHURA_978-85-8119-036-5.pdf>. Acessado em: 28.09.2013.

IG. **Saiba mais sobre a crise na Europa e entenda quem são os "Piigs"**. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/criseeconomica/saiba-mais-sobre-a-crise-na-europa-e-entenda-quem-sao-os-piigs/n1597382096580.html>>. Acessado em: 25.10.2013.

INFOMONEY. **NBER oficializa a recessão dos EUA e pontua seu início em dezembro de 2007**. 1 dez. 2008b. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/1449366>>. Acessado em: 15.10.2013.

INFOMONEY. **S&P reduz *rating* para Morgan Stanley, Merrill Lynch e Lehman Brothers**. 2 jun. 2008a. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/ultimas-noticias/noticia/1137977>>. Acessado em: 15.10.2013.

Jornal GGN. **Lições japonesas para a crise da Europa**. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/blog/luisnassif/licoes-japonesas-para-a-crise-da-europa>>. Acessado em: 09.09.2013.

KEYNES, John M. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, (Os Economistas). 1983.

KINDLEBERGER, C. ***Bubbles in History***. *The new Palgrave Dictionary of Economics*. 2 Ed. Basingstoke: Nature Publishing Groups, 2008.

KIRSCHEN, E. S. ***Economic policies compared West and east***. North-Holland, Amsterdam, 1975

KREGEL, Jan A.. **Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais**. 1996.

KRUGMAN, Paul R., OBSTFELD, Maurice. **Um basta à depressão econômica!**: proposta para uma recuperação plena e real da economia mundial. Rio de Janeiro, Elsevier 2012.

KRUGMAN, Paul. **It's Baaack: Japan's Slump and the Return of the Liquidity Trap**. Massachusetts Institute of Technology. 1998.

LEVI, Maria Luiza. **Liberalização financeira, bolha especulativa e crise bancária no Japão**. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/65-3.pdf>>. Acessado em: 01.10.2013.

LIMA, Izabel Cristina. **Ciclos Econômicos e Previsão Cíclica: Um Estudo de Indicadores Antecedentes para a Economia Brasileira**. 2005.

LIMA, Vivian Marcelino Santos, ESTRELA, Bárbara Nastassja Souza, GOMES, Renata Pinho Studart e OLIVEIRA JUNIOR, Márcio de Oliveira. **A crise da zona do euro: uma lição para a Europa**. UNICEUB, 2012.

LIPSCY, Phillip Y. e TAKINAMI, Hirofumi. ***The Politics of Financial Crisis Response in Japan and the United States***. Japanese Journal of Political Science, 2013.

LUCIANO, Fábila Liliã. **Metodologia Científica e da Pesquisa**. Criciúma: Ed. do autor, 2001.

MAKIN, JOHN H. ***Japan's Disastrous Keynesian Experiment***. Disponível em: <<http://www.aei.org/article/economics/japans-disastrous-keynesian-experiment/>>. Acessado em: 27/09/2013

MAKIN, John H. **Japan's Lost Decade: Lessons for the United States in 2008**. Disponível em: <http://www.aei.org/files/2008/03/01/20080225_22772EOMarch_g.pdf>. Acessado em: 27.10.2013

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. Campinas: UNICAMP, 1990.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm>>. Acessado em: 22.10.2013.

MANKIWI, Gregory. **Principles of Economics**. Cengage Learning. 2007.

MANZI, Rafael Henrique Dias. **A crise na zona do euro e os desafios do crescimento econômico**. 2013. 123 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MARCANTONIO, Antonia; Teresinha, SANTOS, Martha dos; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Elaboração e Divulgação do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1993.

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARINHO, Leonardo. **Por dentro da crise norte americana**. 22 set. 2008. Disponível em: <<http://deutilt.wordpress.com/2008/09/22/por-dentro-da-crise-norte-americana/>>. Acessado em: 22.09.2013.

MARX, Karl. **O Capital**. 1867. Lisboa: Edições Avante, 1990-1997.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas: foco na política fiscal, no planejamento e no orçamento público do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATIAS-PEREIRA, José. **A economia brasileira frente à crise financeira e econômica mundial**. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, n. 116, 2009. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/09/jmp2.htm>>. Acessado em: 22.10.2013.

MATIAS-PEREIRA, José. **Efeitos da Crise Mundial e Perspectivas de Expansão da Economia Brasileira**. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/54/116#.UnCQCPk3vHG>>. Acessado em: 25.09.2013.

MATIAS-PEREIRA, José. **Gestão das Políticas Fiscal e Monetária: Os efeitos colaterais da crise mundial no crescimento da economia brasileira**. *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*, vol. 148, p. 1-23, 2011.

MENDES, Lucas. **Ciclo Econômico**: uma análise comparativa entre a teoria de Kondratieff e da Escola Austríaca de Economia. UNIJUÍ, 2005.

MISHKIN, F. **How should we respond to asset price bubbles?** Philadelphia, Pennsylvania, 2008.

MORICOCCHI, Luiz e GONÇALVES, José Sidnei. **Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter**: uma revisão crítica. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/tec3-0894.pdf>>. Acessado em: 20.10.2013.

MOSSÉ, Eliane. **Comprendre la politique économique**, SEUIL, Paris, 1978.

MUSGRAVE, R.; MUSGRAVE, P. B. **Finanças Públicas – Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Campus – Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

NIVEAU, Maurice. **História dos fatos econômicos contemporâneos**. São Paulo, 1969.

NOZAKI, William Vella. **A crise financeira internacional e a atuação do Estado nacional: a originalidade do caso brasileiro**. Rio de Janeiro, Revista Oikos, 2011.

O GLOBO. **Crise europeia: o impacto da austeridade em cada país**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/europa-austeridade/>>. Acessado em: 29.10.2013.

OLIVEIRA JUNIOR, Márcio de. **A Crise na Zona do Euro: uma lição para a Europa**. 2012.

OTTONI, Cristiano. **Indicadores sociais na formulação de políticas públicas federais brasileiras: teoria e prática**. 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social e Trabalho)- Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

POWELL, Benjamin. **Explicando a recessão japonesa**. Instituto Ludwig Von Mises Brasil. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=184>> acesso em: 13/10/2013

PRATES, Daniela Magalhães. **Desdobramentos da crise financeira internacional**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000200009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 25.10.2013.

PRZEWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Relumé Dumará, Rio de Janeiro, 1995.

R7. **Entenda a crise na Europa**. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/economia/noticias/entenda-a-crise-na-europa-20100526.html>>. Acessado em: 29.10.2013.

R7. **Entenda o novo capítulo da crise que atinge a Europa**. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/economia/noticias/entenda-o-novo-capitulo-da-crise-que-atinge-a-europa-20120515.html?question=0>>. Acessado em: 29.10.2013.

ROTHBARD, Murray. **America's Great Depression**. Disponível em: <http://mises.org.br/files/literature/AF_Depressao.pdf>. Acessado em: 12.08.2013.

ROUBINI, N. **Why Central Banks Should Burst Bubbles**. *International Finance*, 2006.

ROUBINI, Nouriel e MIHM, Stephen. **Crisis Economics: A crash course in the future of finance**. The Penguin Press, 2010.

SANDE, Pedro Almeida. **A percepção da crise da União Europeia vista à luz de instrumentos de gestão corporativa**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.2/2551>>. Acessado em: 30.09.2013.

SANTOS, Elias Antônio de Luna e Almeida. **Vulnerabilidade Externa dos Países Emergentes: Fatores Internos e Internacionais nas Crises Financeiras Desde os Anos 1990**. UNB, 2004.

SANTOS, Elias Antônio de Luna e Almeida. **Vulnerabilidade externa dos países emergentes: fatores internos e internacionais nas crises financeiras desde os anos 1990**. 2004. 169 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)- Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

SANTOS, Theotonio dos. **Crises Econômicas e Ondas Longas na Economia Mundial**. Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/criseseconomicaeondaslongas.pdf>>. Acessado em: 27.10.2013.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCOTT, Bruce. **The Political economy of Capitalism**. 2006. Disponível em: <<http://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/07-037.pdf>>. Acessado em: 15.10.2013.

SERRA, A.M. de Almeida. **Políticas Econômicas de Desenvolvimento**. 2004.

SHAIKH, Anwar. U.S. **Capitalism in crisis**. New York, *Union for Radical Political Economics*. *Economics Education Project*, 1978.

SHILLER, R. **How a bubble stayed under the radar**. *New York Times*, 2008.

SHIMIZU, Yoshinori. **Convoy Regulation, Bank Management, and the Financial Crisis in Japan**. Institute for International Economics. 2005.

SIEGEL, J. J. **What Is an Asset Price Bubble? An Operational Definition**. *European Financial Management*, 2003.

SILVA, Antônio Carlos Macedo e. **A economia de Keynes, a busca de uma nova teoria econômica e a "armadilha do equilíbrio"**. *Economia e Sociedade*, 1995.

SILVA, Francisco Fábio. **Identificações dos efeitos da crise financeira 2008-2009 no balanço patrimonial de empresas brasileiras através da análise das demonstrações contábeis**. Disponível em: <<http://www.flf.edu.br/revista-flf/monografias-contabeis/monigrafia-francisco-fabio-silva.pdf>>. Acessado em: 28.10.2013.

SOARES, Antônio Goucha. **Que farei com este euro? Cogitações inconfessáveis de uma governante**. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 29.10.2013.

SOROS, George. **O novo paradigma para os Mercados Financeiros: A crise atual e o que ela significa**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SOTO, Jesús Huerta de. **Moeda, Crédito Bancário e Ciclos Econômicos**. Disponível em: <<http://mises.org.br/files/literature/moeda%20credito%20bancario%20-%20miolo%20capa%20brochura.pdf>>. Acessado em: 16.10.2013.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Introdução à Economia**. São Paulo, 1996.

STIGLITZ, Joseph. **Stiglitz prevê “década perdida para a Europa e EUA”**. Disponível em: <http://economico.sapo.pt/noticias/stiglitz-preve-decada-perdida-para-a-europa-e-eua_144831.html>. Acessado em: 15.08.2013.

STIGLITZ, Joseph. **Symposium on bubbles**. *Journal of Economic Perspectives*. 1990.

SUPERINTERESSANTE. **Crash! Entenda a crise**. Nov. 2008. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/cotidiano/crash-entenda-crise-447839.shtml>>. Acessado em: 12.09.2013

TAVARES, Maria da Conceição. **O Desafio Japonês**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/tavares/artigo31.htm>>. Acessado em: 18.10.2013

TELLES, David. **Crise financeira mudou o mundo em 2008**. Disponível em: <<http://www.revistaplenitude.com.br/site/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=288&sid=14&tpl=printerview>>. Acessado em: 30.09.2013.

TINBERGEN, Jan. **Techniques modernes de la politique économique**. Dunod, Paris, 1962.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **A crise da economia japonesa nos anos 90: impactos da bolha especulativa**. Revista de Economia Política. 1997.

TORRES, JL. **Crise na Europa 2012**. Disponível em: <<http://br.advfn.com/eventos/2012/crise-na-europa>>. Acessado em: 01.09.2013.